



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MILENA CARVALHO DOS SANTOS

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS DO MESMO SEXO: MÍDIA DIGITAL E
A DIVULGAÇÃO DOS CASOS NO BRASIL**

MIRACEMA DO TOCANTINS, TO

2025

Milena Carvalho dos Santos

Violência doméstica entre casais do mesmo sexo: mídia digital e a divulgação dos casos no Brasil

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos.

Miracema do Tocantins, TO

2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

- S237v Santos, Milena Carvalho dos.
Violência doméstica entre casais do mesmo sexo: mídia digital e a divulgação dos casos no Brasil. / Milena Carvalho dos Santos. – Miracema, TO, 2025.
70 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2025.
Orientadora : Rosimeire dos Santos
1. Violência doméstica. 2. Violência. 3. Casais do mesmo sexo. 4. Mídia Digital. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MILENA CARVALHO DOS SANTOS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA ENTRE CASAIS DO MESMO SEXO: MÍDIA DIGITAL E A
DIVULGAÇÃO DOS CASOS NO BRASIL.

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema, como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Rosemeire dos Santos.

Data de Aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr.(a) Rosemeire dos Santos – Orientadora, UFT

Prof.(a) – Dr. (a) Ingrid Karla da Nóbrega Beserra, Examinador, UFT

Prof.(a) – Dr. (a) Milena Carlos de Lacerda, Examinador, UFT

À Geraldo, meu pai, por me incentivar desde minha infância a ingressar no ensino superior (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao regente do universo por me proporcionar vida e saúde para conseguir concluir minha vida acadêmica e por colocar pessoas maravilhosas ao meu redor durante o processo.

A meu pai, Geraldo, (in memoriam) que mesmo em meio as tantas dificuldades da vida nunca deixou de me motivar e incentivar a me dedicar aos estudos e a buscar alcançar os meus objetivos, coisas que foram muito importantes para minha vida.

A minha mãe, Vagna, que mesmo com suas limitações nunca deixou de estar presente em minha vida sempre demonstrando amor, carinho e afeto e por compreender meus momentos de ausência.

Aos meus queridos irmãos Micheli, Ketlyn e Felipe pelas conversas espontâneas e animadas que me tiravam risos em dias difíceis o que acabava me ajudava a encarar os desafios acadêmicos de forma mais leve, obrigado por me apoiarem em todos os meus objetivos e por dizerem me ter por inspiração, fato que me motiva a prosseguir firme em meus objetivos, serei sempre grata pela nossa união e companheirismo de vida, sei que posso contar com vocês para tudo.

Agradeço a meu companheiro Isaias Junior que sempre se dispôs a percorrer 24 km para me levar toda semana do município que resido até o universidade, por me dar a mão e nos momentos que eu não via capacidade em mim, me dizendo que eu ia conseguir, obrigado por me acalantar e ouvir minhas reclamações quando chegava das aulas, a pessoa com quem eu mais compartilhava das minhas dores e frustrações e no final sempre soltava piadinhas bobas para me animar, obrigado por me dar segurança em continuar.

À Janaina minha amiga e que também foi minha supervisora de campo no estágio, em um momento muito difícil da minha vida onde pensei em desistir, me deu palavras de conforto me aconselhando a não desistir, embora não saiba suas palavras foram as que me fizeram enxergar que eu era capaz e me fizeram não desistir, agradeço pelas experiências, conselhos de vida e profissionais compartilhados, estes sempre levarei comigo por toda vida.

À minha parceira de estágio Lara Regina por tornar as tardes de estágios mais felizes com sua espontaneidade e alegria, pelas caronas e pelas trocas de vivências tidas comigo.

Em especial a minha orientadora Rosemeire dos Santos que não largou minha mão e sempre buscou os melhores caminhos para me orientar, me estimulando e me deixando livre para desenvolver meus próprios pensamentos durante a criação deste trabalho, pelos puxões de orelhas necessários e pela leveza nas orientações, agradeço por me possibilitar crescer academicamente.

Não poderia deixar de agradecer a minhas colegas de graduação Maria Cleide, Raiane e Marilete pelo apoio, pelos diálogos após as aulas, pelo nosso grupo de estudos no whatsapp, pela ajuda acadêmica e por sempre se disporem quando precisei, sem vocês minha trajetória acadêmica não seria a mesma.

Em especial a Valdiná, que foi uma das primeiras pessoas que me aproximei no período da graduação, por ser amiga e ouvinte e pelas ligações em período pandêmico para compartilharmos das dificuldades acadêmicas.

Também quero agradecer a banca por aceitar participar desse momento especial da minha formação acadêmica.

Enfim meu muito obrigada a todos que contribuíram de alguma forma durante minha vida acadêmica, daqui só levo gratidão.

“Quanto mais escuridão dos opressores,
maior será a luz emitida pela purpurina dos
oprimidos.”

(João Silvério Trevisan)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como são divulgados na mídia digital os casos de violência doméstica ocorridas entre casais homoafetivos no Brasil, e para isso foram apresentados aspectos sociais que explicitam como a violência em seu sentido mais amplo dentro do contexto social está fortemente ligada no acontecimento da violência ocorrida dentro do ambiente doméstico, sobretudo entre os casais homoafetivos, buscou-se fazer a caracterização da violência doméstica e os seus ciclos de ocorrência para melhor entendê-la. Foi apresentado também aspectos históricos que demonstram as dificuldades enfrentadas por gays e lésbicas ao longo da história, por exemplo, a perseguição pela igreja católica, a homofobia, o preconceito social fundamentado no heterossexismo e no patriarcado que tem como visão a família tradicional que é a que cumpre com os papéis sociais estipulados como “corretos”, além da perseguição militar sofrida por eles durante o período ditatorial no Brasil. Para mais além buscou-se mostrar como a mídia digital a partir do seu posicionamento ideológico tem papel importante na questão da invisibilidade da violência doméstica homoafetiva, pois a partir das informações expostas podem influenciar que seus leitores tenham visões positivas ou não de grupos de pessoas, como é o caso de gays e lésbicas. E por fim realizou-se a análise de reportagens noticiadas pelas mídias digitais brasileiras como: Folha Vitória, Jornal Estado de Minas, Jornal Isto É, Uol, Metrôpoles, Gazeta Digital, Portal Gay 1, Portal Holofote, BBC News Brasil e O Liberal entre os anos de 2012 a 2024 que expunham casos de violências domésticas ocorridas entre casais homoafetivos em diferentes cidades brasileiras. Com base nos dados obtidos verifica-se que mesmo que as mídias noticiem os casos de violência doméstica homoafetiva a maioria tem como finalidade somente descrever os casos, não há um interesse em gerar reflexões a respeito da gravidade da situação e muito menos gerar conhecimento sobre medidas de proteção e identificação de potenciais vítimas o que contribui para que as vítimas dessa violência continuem na invisibilidade. Tendo em vista atingir os objetivos da pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos de análise o materialismo histórico-dialético, por meio de pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa.

Palavras-chaves: Violência doméstica. Casais de gays e lésbicas. Mídia digital.
Questão social.

ABSTRACT

The present work aims to analyze how cases of domestic violence between homosexual couples in Brazil are disseminated in the written media, and for these social aspects were presented that explain how violence in its broadest sense within the social context is strongly linked to the occurrence of violence that occurs within the domestic environment, especially among homosexual couples, we sought to characterize domestic violence and its cycles of occurrence in order to better understand it. Historical aspects were also presented that demonstrate the difficulties faced by gays and lesbians throughout history, for example, persecution by the Catholic Church, homophobia, social prejudice based on heterosexism and patriarchy that views the traditional family as the one that fulfills the social roles stipulated as “correct”, in addition to the military persecution suffered by them during the dictatorial period in Brazil. Further, it was sought to show how the written media from its ideological position has an important role in the issue of the invisibility of homoaffective domestic violence, because from the information exposed, they can influence their readers to have positive or not views of groups and minorities, as is the case of homoaffectives. And finally, the analysis of reports reported by the Brazilian written media was carried out, such as: Folha Vitória, Jornal Estado de Minas, Jornal Isto É, Uol, Metrôpoles, Gazeta Digital, Portal Gay 1, Portal Holofote, BBC News Brasil and O Liberal between the years 2012 and 2024 that exposed cases of domestic violence that occurred between homosexual couples in different Brazilian cities. Based on the data obtained, it is verified that even though the media report cases of homoaffective domestic violence, most of them only have the purpose of describing the cases, there is no interest in generating reflections on the seriousness of the situation, much less generating reflexões a respeito da gravidade da situação e muito menos gerar conhecimento sobre medidas de proteção e identificação de potenciais vítimas, o que contribui para que as vítimas dessa violência continuem na invisibilidade. Tendo em vista atingir os objetivos da pesquisa foram utilizados como procedimentos metodológicos de análise o materialismo histórico-dialético, por meio de pesquisa bibliográfica e documental de abordagem qualitativa.

Keywords: Domestic violence. Gay and lesbian couples. Written media. Social issue.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA.....	14
2.1	A questão social no modelo societário capitalista.....	14
2.2	Definições a respeito das formas de violências domésticas.....	23
3	HOMOAFETIVIDADES.....	32
3.1	Breve histórico sobre homoafetividades.....	32
4	OS NOTICIÁRIOS DIGITAIS E O TRATAMENTO DAS VIOLÊNCIAS ENTRE CASAIS DO MESMO SEXO	44
4.1	A mídia digital e seu poder de influência social.....	44
4.2	Análise da divulgação dos casos de violência doméstica entre casais do mesmo sexo pela mídia digital.....	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC exigido para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema, tem como tema central a violência doméstica que ocorre entre casais do mesmo sexo.

A pouca percepção da invisibilidade que os casos de violência doméstica ocorrida entre casais de gays e lésbicas e principalmente as vítimas acabam infelizmente inseridas passa despercebida pela sociedade, isso se dá pela existência do pensamento de que por serem duas pessoas com o mesmo sexo as duas enfrentam discriminação por parte da sociedade e até mesmo da sua família e por enfrentarem os mesmos dilemas não seria possível a existência de qualquer forma de violência entre si, o que é um enorme equívoco. A violência contra a mulher é uma pauta muito importante, mas se faz necessário pensar em outros núcleos familiares que também podem estar inseridos dentro do quadro de violência doméstica e que também possuem suas vulnerabilidades e fragilidades, e este trabalho poderá chamar atenção do seu leitor para o núcleo familiar exposto.

O trabalho apresentado teve por objetivo compreender como são noticiados na mídia digital os casos de violência doméstica entre casais do mesmo sexo no Brasil a partir da análise de reportagens sobre a temática produzida por essas mídias digitais brasileiras.

Para que isso fosse possível, no primeiro capítulo buscou-se trazer questões que favorecem a ocorrência da violência doméstica como é o caso da questão social e suas expressões proveniente do sistema capitalista que explora e rouba a força de trabalho do trabalhador de forma tão desumana e violenta que acaba fazendo com que a vida desse sujeito enquanto ser humano não tenha valor o transformando enquanto detentor da força de trabalho em uma mera mercadoria. O capitalismo e a sua ferocidade acabam por se tornar o responsável por uma infinidade de desigualdades sociais que geram uma série de problemáticas sociais em torno da vida das pessoas, como é o caso da violência doméstica.

Ainda apresenta a maneira que a violência se estrutura em sua forma mais direta e indireta na sociedade, mostrando como o próprio Estado por meio do seu aparato militar também é responsável por essa estruturação da violência, toda violência contida na sociedade acaba por gerar medo, insegurança e raiva que juntas

podem ser uma grande motivação de mais violência e segue mostrando que a violência em sua forma estrutural está visível em diversas esferas e espaços sociais se refletido em várias relações sociais como é o caso da violência que ocorre entre os casais.

O segundo capítulo visa trazer a menção alguns dos acontecimentos ocorridos em âmbito internacional e nacional com a população de gays e lésbicas no decorrer do tempo mostrando como a percepção da humanidade em torno dela durante os anos foram se remodelando e se transformando em algo diferente, como é caso dos pensamentos decorrentes do fundamentalismo religioso que usava a Igreja católica como um instrumento de perseguição e que não concordava com a percepção sobre a homossexualidade nas sociedades Grega e Romana que a entendiam como algo necessário e positivo, buscava ao máximo acabar com o que era considerado por ela um problema.

O mesmo capítulo mostra as dificuldades enfrentadas por gays e lésbicas no período ditatorial no Brasil, período cruel e muito difícil para essa população, tempos em que a moral e os bons costumes eram tidos como prioridade e tudo que fosse uma ameaça a isso precisava ser eliminado. Além de trazer a importância da mobilização desse grupo de pessoas e o que já foi conquistado por eles.

No terceiro capítulo, apresenta-se como a mídia atua na propagação de informações e fatos acontecidos no contexto social, explicando que o seu posicionamento em relação a determinados assuntos pode contribuir muito para modificação da realidade das pessoas, pois constroem e também mudam opiniões e concepções e isso pode trazer benéficos ou não para alguns grupos de pessoas, com isso a mídia tem um poder muito grande em suas mãos.

Para alcançar o objetivo geral de analisar como são noticiados na mídia digital do Brasil os casos de violência doméstica entre casais de gays e lésbicas buscou-se caracterizar a violência doméstica e analisar como são noticiados os casos de violência doméstica ocorridos entre gays e lésbicas nas mídias digitais do Brasil.

Em relação ao percurso metodológico utilizado para a construção deste trabalho recorreu-se ao materialismo histórico dialético como método principal para que se possa ter uma maior compreensão da realidade dos sujeitos da pesquisa, assim como do objeto, já que este método busca realizar a análise a partir das vivências materiais pois são elas que determinam a realidade, além da pesquisa bibliográfica para a coleta de informações de obras de outros autores e a pesquisa

documental realizada por meio de análise de documentos oficiais publicados por mídias digitais, a natureza da pesquisa é básica e exploratória, além disso a abordagem do problema da pesquisa foi realizada de forma qualitativa para que se pudesse entender melhor a realidade dos sujeitos envolvidos.

CAPÍTULO I

2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA

A proposta desse tópico é apresentar algumas reflexões acerca da violência em seu sentido mais amplo e da questão social no sentido de abrir caminho para que se consiga relacionar a violência ocorrida no contexto social com a questão social já que a violência é uma das suas expressões na sociedade e também mostrar como elas podem favorecer a presença da violência doméstica ocorrida dentro dos relacionamentos afetivos entre os casais na sociedade, para isso se fará uso de conteúdo baseado em autores e pesquisadores que se dedicam ao tema.

2.1 A Questão social no modelo societário capitalista

Para entender a questão social se faz necessário visibilizar também como o trabalho se liga a ela, já que o trabalho é um fator determinante e importante para o capitalismo, tendo participação na relação de disputa de classes, disputa essa que é responsável pelas desigualdades sociais que se manifestam enquanto expressões da questão social.

Lessa; Tonet (2008) em sua obra “Introdução a filosofia de Marx”, apresentam como o trabalho teve e ainda continua tendo centralidade no que diz respeito a evolução da humanidade, a prévia-ideação e objetificação do ato de construir um machado para atender a uma necessidade emergente, como por exemplo, quebrar um coco, é realizar propriamente o trabalho, e esse trabalho conseguiu modificar a realidade, a partir dessa realidade o homem poderia previamente idear outra modificação e a partir da que foi feita continuar transformando sua realidade de forma sucessiva.

O trabalho foi o motor do processo evolutivo da história da vida humana, e foi se modificando durante vários modelos de sociedade, por exemplo, a escravista e feudal.

Apesar do trabalho ter sido muito importante nesses modelos societários nem sempre boas condições de pratica-lo se fazia existente, como por exemplo no modelo escravista.

No século XVIII com o surgimento da Revolução Industrial e o seu desenrolar, o trabalho desenvolvido pelas indústrias tiveram um pico de crescimento, assim como as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores, fato que fez com que eles buscassem se organizar em relação ao trabalho e tornar mais forte o movimento operário na época.

Os proletários estavam cansados da dinâmica de exploração violenta, e da proteção dada pelo Estado a quem os explorava, exploradores esses que se apoiavam em “[...] uma severa legislação urbana que conservava ainda resquícios medievais” (MARTINELLI, 2006, p. 55), estava na hora de pôr um basta nessa situação, a indignação pela sua força de trabalho e energia vital estar sendo sugada até a última gota foram fatores determinantes para a sua organização política.

A ausência de investimentos em infra - estrutura urbana, o flagrante desprezo pelas condições de vida do trabalhador, em especial no que refere as áreas de saúde e habitação, produzindo uma apreciável deterioração da qualidade de vida operária, que se fazia acompanhar de uma significativa elevação dos níveis de morbidade e de mortalidade da população adulta e infantil (MARTINELLI, 2006, p. 70).

A movimentação política dos trabalhadores aqui voltava-se para melhores condições de vida, as péssimas condições de subsistência e de trabalho a que eles estavam submetidos já não eram mais aceitáveis, não queriam ser dependentes de ajuda da sociedade, em que, sobreviveriam à mercê da caridade, não queriam mais que a resolução ou o enfrentamento desses problemas fossem depender da sensibilização ou comoção de outras pessoas.

De acordo com Façanha Neto; Façanha, (2018) tais movimentações surtiram efeito, os trabalhadores conseguiram chamar atenção da sociedade, e isso culminou para o início dos primeiros debates a respeito da questão social.

Na década de 30, com a eleição de Vargas:

[...] o Estado passa a considerar a Questão Social como um problema político (“caso de política”), porém diversos aspectos são reprimidos pela polícia. Nesse momento, foi criado um sistema de proteção social básico, com criação da legislação trabalhista, Institutos de Aposentadorias e Pensões e a Consolidação das Leis Trabalhistas, havendo uma “introdução” do chamado Estado de Bem-Estar Social, com fundamento no modelo da Europa Ocidental, em resposta à Questão Social (FAÇANHA NETO; FAÇANHA, 2018, p. 62).

O estado de Bem Estar Social foi iniciado aqui como uma forma de acalmar os anseios dos trabalhadores e trazer algumas melhorias para eles, aqui o Estado passa a regular as relações sociais de trabalho, processo antes feito pelo próprio

trabalhador, ele é quem tinha que dialogar com o patrão de forma direta assuntos relacionados ao trabalho, na sua existência o Estado passa a atuar na regulação trabalhista entre o patrão e o empregado.

Com o que foi posto, é perceptível que é a partir das dificuldades enfrentadas nas jornadas de trabalho que foi despertada a revolta do proletariado em relação a exploração.

Iamamoto (2001) mostra que a categoria trabalho está intimamente ligada a questão social:

A premissa é de que a análise da questão social produzida é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Até porque a questão social se dá a partir da relação capital x trabalho e é necessário a existência do capitalismo para isso, sistema social que é um gerador de desigualdades e corrobora para que essas desigualdades permaneçam, tenta de todas as formas fazer com que a prevalência de força do detentor dos meios de produção seja maior que a dos proletários, até porque se os interesses contrários fossem totalmente atendidos toda essa estrutura social defendida seria muito abalada.

A dimensão do trabalho ainda apresenta o trabalho abstrato e o trabalho concreto.

O trabalho que cria valor de uso é o trabalho concreto (*trabalho útil*) – e se, como vimos no Capítulo 1, a criação de valores de uso é uma condição necessária a existência de qualquer sociedade, isso significa *que toda sociedade exigirá trabalho concreto de seus membros*. Mas, ao examinarmos a mercadoria no Capítulo 3, constatamos que ela não é apenas valor de uso: é também valor de troca – e, para ser trocada, precisa ser *comparada*: quando o sapateiro leva ao mercado os seus sapatos para trocá-los por tecidos, há que comparar-se o trabalho do sapateiro com o do tecelão. Essa comparação, necessária para a troca, realiza-se com a eliminação das diversas particularidades das diversas formas de trabalho com a sua redução a um denominador comum, aquilo que todas as formas de trabalho têm em si: o fato de toda implicarem um dispêndio de energia física e psíquica – o fato de serem trabalho em geral; quando o trabalho concreto é reduzido à condição de trabalho em geral, tem-se o *trabalho abstrato* (FAÇANHA NETTO; BRAZ, 2006, p. 105).

O trabalho abstrato se trata daquele que pode ser localizado em atividade materiais do trabalho, como um produto, nele a força e tempo gasto empregado no momento do trabalho é medida para definir o valor de uso, enquanto que no trabalho concreto, o processo e as forças não materiais é que definem o valor de troca dessa

mercadoria, aqui a qualidade do serviço tem muita importância, daqui saem as determinações para identificação se há compatibilidades ou equivalência da mercadoria.

O autor acima citado afirma que é a partir deles que o valor de uso e troca serão estabelecidos.

O processo de trabalho no modo de produção capitalista é um tanto quanto cruel. Ao empregar a sua força de trabalho o trabalhador deixa de ser considerado humano e se transforma em uma mera mercadoria.

[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor e se apropria de todo o seu valor de uso (FAÇANHA NETTO; BRAZ, 2006, p. 100).

Ao comprar a força de trabalho do operário o capitalista lhe paga somente o salário calculado de acordo com o tempo empregado na realização do trabalho, salário esse que é pensado também para garantir condições mínimas de subsistência (habitação, roupas e o básico de alimentação), isso não é pensado para garantir o bem estar do operário, mas, para que por meio disso ele consiga sobreviver e não deixe de empregar a sua força de trabalho na realização de suas funções.

Façanha Neto; Braz (2006) apresentam que esse processo é realizado para que se consiga extrair o lucro, (valor que sobra depois de cobrir todos os custos de produção) e a mais valia e assim garantir a acumulação capitalista.

Dentro do processo de obtenção de mais valia o trabalhador não tem consciência de que o que está recebendo não é o que lhe é devido, seu salário não corresponde ao que é produzido por ele.

Segundo Martinelli (2006), o trabalhador tem sua força de trabalho roubada de si, produz capital, capital esse que o valor excedente que ele participou diretamente do ganho se concentra nas mãos do patrão, tirando dele, o produtor, o direito de posse do capital.

Isso ocorre de forma tão bem pensada que o próprio trabalhador, o mais prejudicado, não consegue perceber que sua força de trabalho está sendo roubada e que não recebe uma remuneração justa.

Outra situação que o capitalismo causa para o trabalhador é a alienação.

[...] a alienação torna-se uma determinação objetiva da vida social no mundo de produção capitalista. Penetrando na consciência das pessoas, leva-as a

não mais se reconhecerem nos resultados e produtos de sua atividade, a se tornarem alheias, estranhas, alienadas, enfim, até mesmo na realidade onde vivem (MARTINELLI, 2006, p. 70).

A alienação não se restringe somente ao não reconhecimento de si nos produtos fabricados, ela vai muito além disso, a alienação se dá quando o sujeito é explorado e não consegue identificar, quando tem sua força de trabalho roubada e quando os lucros produzidos (por meio da exploração da sua mão de obra) são subtraídos de si, enfim quando não consegue ter noção e reconhecer as condições desumanas a qual está submetido.

Isto não é algo de que esse trabalhador possa ser culpado, porque essa alienação não é responsabilidade ou algo que surge dele mesmo, a alienação é produzida pelo capital, para ele quanto menos consciência social e política o trabalhador tiver melhor será para a sua perpetuação.

Falando da perpetuação do capitalismo, uma outra estratégia foi criada por ele.

Preocupada com a consecução de seus objetivos, tratava de incorporar força de trabalho ao seu capital, de expandi-lo tanto quanto possível. Acumular capital significava, porém, acumular o proletariado, crescia em ritmo muito mais rápido do que a capacidade de absorção do mercado. Essa superpopulação interessava ao capitalismo, pois constituía o seu exército industrial de reserva, sempre a postos para atender as necessidades variáveis de expansão de seu capital e alimentar a concorrência entre os trabalhadores. Circulando perifericamente pelo mercado e aguardando a oportunidade de nele adentrar, essa população excedente era arditamente utilizada pelo capitalista como um fator de contenção de salários, um freio aos movimentos e reivindicações trabalhistas. Para o capitalista, essa superpopulação trazia sempre a possibilidade de manter uma alta rotatividade de sua mão-de-obra, substituindo os que questionavam, afastando os que reivindicavam (MARTINELLI, 2006, p. 79).

Além de silenciar os trabalhadores que já se encontravam empregados e que já tinham desenvolvido a consciência da exploração sofrida, tendo em vista que qualquer manifestação de oposição ao seu ambiente de trabalho resultaria na sua substituição por outra pessoa do exército de mão de obra reserva, impediam que os trabalhadores adentrassem o mundo de trabalho causando o desemprego de uma forma estrutural na sociedade.

Essa superpopulação apresenta três condições distintas: a primeira, denominada flutuante é constituída por pessoas que ultrapassaram a idade ideal para o capital, quando eram jovens eram mais fortes e aptos ao trabalho. A segunda é a latente, que por sua vez é constituída por trabalhadores rurais que migram para os centros industriais a procura de emprego e esse fluxo subjuga o valor do seu trabalho. Por fim, a estagnada, que é composta por indivíduos que estão ativos, porém em condições precárias de trabalho (CINTRA, 2017, p. 20).

Aliada a isso a existência da Lei Geral de Acumulação de Capital, condiciona os trabalhadores a não ter mais nada a não a sua mão de obra, fato que ocasiona na sociedade a pobreza em grande escala.

Façanha Netto; Braz (2008) mostram que a Lei Geral de Acumulação garante as desigualdades, sendo ela quem as rege, e determina a existência da questão social no sistema capitalista.

Ora a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o MPC (FAÇANHA NETTO; BRAZ, 2006, p. 139).

Com a forte presença da questão social foi impossível frear o crescimento da pobreza e a massificação da miséria entre a população, à medida que o corpo social abria os olhos em relação a quantidade da população em condições críticas, a burguesia teve que criar ações para mascarar isso, ela não ficaria de braços cruzados vendo sua imagem ser manchada.

Como forma de esconder a pobreza ela criou a Lei dos Pobres, lei que foi mais uma forma de violência à população. Seu objetivo não era trazer soluções, Martinelli (2006) discorre que existiam as Casas de Correção onde a pobreza não era tratada como um problema social, mas sim como um problema de caráter, com isso pessoas pobres eram trancadas nelas e muitas das vezes eram vítimas do uso da sua mão de obra de forma exploratória.

Como já era de se esperar isso não ajudou em nada no que diz respeito a resolução da pobreza, obviamente ocorreu o contrário, a autora cita que as pessoas evitavam entrar dentro do sistema de assistência pública, pois quem iria querer sair de uma situação de violência, miséria e exploração para entrar em outra.

Estariam expostos a violência não de uma forma tão direta no (campo físico) mas estariam expostos a marginalização e culpabilização pela sua situação. É importante mencionar que em alguns países capitalistas os pobres não eram apenas estigmatizados, também eram penalizados fisicamente por sua condição social.

[...] no reinado de Eduardo VI a pobreza e a ausência de atividade ocupacional eram punidas com a marcação de ferro em brasa no peito e, no de Elisabeth I, os mendigos tinham a cartilagem da orelha queimada, na Inglaterra do século XIX ser declarado pobre equivalia a perder um dos direitos fundamentais do ser humano: o direito à liberdade. A pobreza era punida com a “não cidadania”, isto é, com a destituição da cidadania

econômica e com o cerceamento da liberdade de ir e vir (MARTINELLI, 2006, p. 85).

O desemprego e a pobreza não foram as únicas expressões da questão social existentes, várias outras situações foram se originando delas, por exemplo, a fome, a violência, a discriminação, entre outras.

Muitas das esferas da vida social apresentam desigualdades, já que essas esferas sociais foram se constituindo para atender necessidades de classes específicas, ou seja, “a “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente” (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Para se entender melhor, “[...] a questão social se coloca presente nos mais variados contextos, e suas expressões, diante das relações estabelecidas da ordem societária vigente, multiplicam-se.” (TONO; SUGUIHIRO, 2014, p. 119).

À medida que a questão social foi se desenvolvendo ao longo da história da sociedade, se adaptando e moldando a sociedade e suas problemáticas em torno de si, fez com que a sua naturalização fosse inevitável.

Ianni (1991) diz que esse processo de naturalização se explica de duas formas:

Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são expressões mais evidentes dessa forma de explicar e resolver a questão social.

Outra explicação tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Toda manifestação de setores sociais subalternos, na cidade e no campo, pode trazer o “gérmen” da subversão da ordem social vigente. A ideologia das forças policiais e militares, bem como de setores dominantes e de tecnocratas do poder público, está impregnada dessa “explicação” (IANNI, 1991, p.7).

A segunda explicação apresentada não só reforça a relação de proximidade que a violência tem com a questão social, mas, também como a força policial tem um papel significativo junto ao Estado na propagação da sensação de segurança.

Muitas vezes essa sensação de segurança prometida pelo Estado e reforçada pela força policial se deriva do ataque a grupos de pessoas marginalizadas socialmente, utilizadas como uma espécie de bode expiatório para que a ordem social não saia dos eixos.

Uma dessas formas é o ataque a população marginalizada por meio do seu aparato policial.

O entendimento de que a contínua violência de Estado sobre a população negra, pobre e periférica constitui também a manutenção de lógicas próprias de ditaduras militares, os diversos movimentos sociais populares têm denunciado há muito tempo. Cabe aqui ressaltar que todo o debate sobre militarização explícita que esta é uma questão fundamentalmente imbricada com a manutenção dos controles racistas, sexistas e de classe em nossas sociedades, não nos deixando esquecer que o Estado moderno se funda e se estrutura sobre essas formas de opressão e exploração. Territórios e pessoas atingidas, assim como os movimentos que se levantam contra esses processos, são, na esmagadora maioria, negros, indígenas e periféricos, tendo importante protagonismo de resistência ao longo da história de mulheres e, cada vez mais evidenciado, LGBTQIAP+3 [...] (COSTA, 2023, p. 44-45).

A moralização punitiva, usada para definir quem é bom e quem é mau, faz com que haja a existência da insistente busca pela destruição do que é considerado mau, “prejudicial” para a sociedade. “No contexto atual, a moralização das expressões da questão social, típica do (neo)conservadorismo, não é dirigida prioritariamente ao ajustamento dos indivíduos, mas à sua punição” (BARROCO, 2015, p. 629), tais fatos faz com que mais uma vez as pessoas vulneráveis são não somente culpabilizadas, mas também punidas por sua situação.

A moralização da questão social, ocorre na existência do atrelamento da má imagem a uma pessoa, pessoa essa que na maioria das vezes é atingida por diversas expressões da questão social, situação que pode acabar a levando a cometer algo que não é bem visto pela sociedade, como por exemplo, um delito, e acabar sendo concebida pela sociedade como uma má pessoa.

Ao definirem o delito como uma ação motivada pela falta de caráter, se exclui a subjetividade e todas as situações de vulnerabilidade social ou econômica derivada da desigualdade social de classes que muito provavelmente foram determinantes para que o indivíduo chegue até o ato final de cometer o delito.

O autor Ianni (1991) apresenta em seu artigo sobre a questão social, o dualismo social existente entre “marginais” e “sociedade industrial” algo que dialoga muito com a concepção de indivíduo de boa e má índole apresentado pela autora Barroco (2015) anteriormente, sendo assim ele diz:

Em vários estudos sobre aspectos de problemática social, subsiste a impressão de que os “Indicadores sociais” não acompanham os “econômicos”, devido a negligência ou incapacidade dos setores sociais “carentes”, “marginais”, “periféricos”. A descrição “objetiva”, ou “isenta”, do pauperismo e das medidas para reduzi-lo transmite a impressão de que “a sociedade primitiva”, ou “subdesenvolvida”, e a “moderna sociedade industrial” são “dois brasis”, não só diversos, mas estranhos entre si. Parecem justapostos, heterogêneos, apesar de mesclados, emaranhados (IANNI, 1991, p. 6).

Os dois “brasis” segundo o autor compõe um problema muito grande para a realidade social, a naturalização dessa dicotomia fez com que as pessoas passassem a olhar a situação como uma fatalidade do destino, que infelizmente permanecerá como está.

Quando se criminaliza o “outro”, isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida, assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de “fatalidades”, “carências”, “heranças”, quando não “responsabilidades” daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão.

Uma parte do pensamento social brasileiro- que fundos políticos do poder público e de setores dominantes – implica a criminalização de grupos e classes sociais subalternos. Há conjunturas em que amplos segmentos da sociedade civil são criminalizados em linguagem conspícua, que se apresenta como se fosse científica (IANNI, 1991, p.7).

E é nesse contexto social recheado de violências e violações de direitos da classe trabalhadora que a questão social se estabeleceu e está entranhada e fortalecida para que o sistema capitalista não caia em destruição, e continuará assegurando que as lutas de classes sociais continuem para que todas as desigualdades existentes na sociedade auxiliem na manutenção do sistema societário.

Todo esse sistema de dicotomia de classes que se sustenta e se estrutura de forma agressiva e gera uma série de violências e propicia que elas se reflitam dentro do âmbito doméstico dos casais.

2.2 Definições a respeito das formas de violências domésticas

É impossível não relacionar a violência doméstica com a violência em seu sentido mais amplo dentro da sociedade, sendo ela uma manifestação da questão social no capitalismo.

A violência, enquanto uma expressão da questão social, expressa diretamente padrões de sociabilidade, modos de vida, modelos atualizados de comportamento vigentes em uma sociedade, em um momento determinado de seu processo histórico, a partir das diferentes configurações e relações existentes (TONON; SUGUIHIRO, 2014, p. 119).

A questão social e suas formas de manifestações se encontram como uma ferramenta indispensável para a manutenção da violência na sociedade, já que a violência é uma das formas da sua manifestação no meio social, sem ela a violência deixaria de existir, não somente ela, mas, todas as expressões da questão social.

De acordo com Ianni (2002) o capitalismo gera um sistema de violência em diversas esferas da vida social e além de produzi-la e fomentá-la, ele ainda segrega e aliena os indivíduos como forma de mantê-los sob seu controle e domínio.

Todas as desigualdades reproduzidas por um sistema alienador e opressor que mantém controle sobre os indivíduos para a garantia dos seus interesses, dominam e exploram a todo custo, mesmo que isso signifique a quebra de direitos básicos da vida humana, possuem participação ativa na manutenção da violência dentro do sistema societário.

[...] no curso do Mundo Moderno as formas e as técnicas de violência adquirem não só outros alcances e características como novos manifestações e modulações, individuais e coletivas, materiais e espirituais. Estão profundamente marcadas pelas relações, processos e estruturas de dominação política, e apropriação econômica próprios do Capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório (IANNI, 2002, p. 9-10).

A violência está instaurada no cotidiano social como algo muitas vezes corriqueira e invisível aos olhos de quem a vive, e principalmente de quem não as sofre, não sendo somente expressa em sua forma direta, mas em vivências da vida, como por exemplo, as situações Barroso (2021) dispõe:

[...] Podemos identificá-la também nas vidas que esperam por um atendimento nos serviços públicos de saúde, no/a usuário/a de drogas levado tantas vezes à força para o tratamento, na loucura enclausurada e medicalizada, na família que tem sua casa destruída — como ocorreu com Palmeira — e na pescadora que vê o rio secar para viabilização da construção de uma hidrelétrica. Na justiça ou condenação feita pelas próprias mãos contra suspeitos e indesejáveis. Na morte de um alguém no metrô que defende a vida de uma travesti ou de uma criança que pede comida na porta de um restaurante para não sucumbir de fome. Na intolerância e discriminação diárias vivenciadas por negros/as, indígenas, gays, lésbicas, travestis, transexuais. Na ordem dada ao maquinista para que um trem passe sobre o corpo de alguém supostamente morto a fim de não gerar atraso no percurso. Na expulsão dos povos indígenas de suas terras. Na/o aposentada/o que não consegue seu auxílio-doença porque sua impossibilidade de trabalhar é questionada. No/a jovem que precisa “optar” entre trabalhar e estudar [...] (BARROSO, 2021, p. 398).

Muitas são as situações de violências presentes no cotidiano das pessoas como foi mencionado logo acima violências que por vezes não são visualizadas de forma rápidas pois podem não apresentar a violência de forma direta e tátil, mas está ali e as pessoas não à enxergam.

Trazendo essa análise para o debate da violência doméstica é possível observar empiricamente é perceptível que o Senso Comum acredita fortemente na ideia de que a violência que ocorre entre os casais só pode ser caracterizada como

violência doméstica e física quando ocorre dentro da residência em que o casal habita, para Paula (2016) a casa não é o único local em que a violência doméstica ocorre, porém, é o espaço em que ocorre com mais frequência.

Corroborando esse pensamento Lourenço; Carvalho (2001) afirma que a violência se faz mais presente dentro do espaço doméstico devido a facilidade de encobrir a situação de olhos alheios.

A existência da facilidade de ocultamento da violência dentro das residências torna mais fácil o mascaramento da mesma pelos agressores, vale lembrar que atrelado a isso existe a forte dependência emocional entre quem sofre e quem pratica a violência o que se torna um fator dificultador no que diz respeito ao fim da situação, a respeito disso a autora Paula (2016) diz que:

Essas agressões ocorrem dentro da residência da família, dificultando que sejam detectadas e solucionadas; pois apesar dos laços familiares envolverem relações de violência, contêm relações de carinho, amor e dependência (PAULA, 2016, p. 3).

A dependência emocional não é algo que possa ser esquecida de uma hora para a outra, não é algo que a vítima consiga resolver sozinha. Além da dependência que a vítima tem, outro fator se soma a ela, medo, o medo de sofrer retaliação do companheiro também se torna um empecilho.

A violência doméstica tem caráter interpessoal, é abuso de poder disciplinador e coercitivo, podendo se prologar por vários meses e até anos; é um processo de completa objetivação da vítima, reduzindo-a à condição de objeto de tratamento abusivo, uma forma de violação dos direitos essenciais (PAULA, 2016, p. 4).

A violência doméstica não se trata somente da violência física que ocorre entre os casais, Brasil (2006) aponta que as práticas da violência doméstica também se dão de outras formas, sendo elas a violência patrimonial, moral, sexual e psicológica.

De acordo com Cisne (2015) a violência física se dá dentro do campo corporal, consistindo em atos que visem reprimir a vítima através da força e afetam a sua integridade física como, por exemplo, tapas e socos, essas agressões podem deixar marcas visíveis no corpo da vítima como também podem não deixar.

Sedo assim, entende-se que a violência física se torna dentre as outras formas a mais fácil de se fazer a identificação, isso porque as marcas deixadas por essa violência ficam pelo corpo da vítima, exceto em situações onde as agressões são

feitas em regiões do corpo que ficam cobertas, como por exemplo costas, barriga e pernas, que são regiões de difícil visualização.

“Uma violência que é pouca divulgada é a violência psicológica que não deixa marcas físicas, mas cicatrizes psicológicas que destroem a autoconfiança da vítima por toda a vida” (LOBÔ; CARVALHO, 2014, p. 2). Para Queiroz (2005 *apud* Cisne, 2015) essa violência pode ser identificada na forma de desqualificação, proibição de fazer amizades, cárcere privado, entre outras situações.

Segundo Lobô e Carvalho “O abuso emocional é tão destruidor quanto o abuso físico apesar de muito mais difícil de ser reconhecido” (LOBÔ; CARVALHO, 2014, p. 1).

Esse tipo de violência se torna um pouco mais difícil para quem está alheio a situação identificar. Muitas vezes nem a própria vítima da violência consegue perceber que os atos que vem vivenciando se trata de uma situação de violência doméstica.

Para Cisne (2015) essa violência está presente em todas as outras formas de violência doméstica, mesmo que de forma velada, podendo causar prejuízos e danos profundos em quem às sofre, prejuízos esses que podem modificar o comportamento da pessoa. “Essa violência é mais difícil de ser identificada e suas consequências podem chegar até ao suicídio” (LOBÔ; CARVALHO, 2014, p.2).

Outra forma de violência é a sexual, praticada dentro dos lares, esse tipo de violência demonstra muito a herança da carga histórica do patriarcado, machismo, e a subalternidade da mulher em relação ao homem, juntamente com a objetificação e a apropriação do direito do corpo da mulher pelo mesmo, onde a mulher tem o direito de escolha sobre o seu próprio corpo roubado de si e é forçada a aceitar o domínio do seu corpo pelo outro, o que é decorrência de toda uma estrutura social fundamentada e estabelecida a muito tempo.

Tal pensamento se entranha na mente das pessoas de uma forma que elas começam a normalizar tais atos em seus ambientes domésticos. Em relação a esse tipo de violência Cisne (2015) considera que a violência sexual se trata do ato de forçar a vítima a manter relações sexuais com o outro ou consigo mesmo, pode-se chamar de forma mais clara de estupro, a autora denomina a violência sexual que ocorre nos casos de violência doméstica de estupro conjugal.

A violência sexual praticada contra a companheira pode ser entendida de acordo com Art. 7º da Lei nº 11.340 como:

[...] qualquer conduta que a constranja a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006, p. 17).

A respeito da violência patrimonial, que também é um tipo de violência praticada dentro da violência doméstica, Cisne (2015) relata que ela ocorre quando o agressor destrói os bens materiais ou objetos pessoais que possuem em conjunto ou que seja somente da vítima ou que possua ou não valor sentimental para a mesma, são exemplos de bens, documentos e roupas, o agressor efetua a ação na tentativa de conseguir atingir negativamente a vítima, partindo desse ponto de vista entende-se que qualquer atitude que seja tomada que envolva os bens da vítima sem o seu consentimento, seja venda, controle ou retenção se configura violência patrimonial.

A exposição obrigatória de uma pessoa sobre a outra seja por meio de fotos ou vídeos ou conteúdo pornográfico segundo Brasil (2020) também se configura violência sexual.

De acordo com o Art. 7º da Lei nº 11.340 a violência patrimonial pode ser entendida como:

[...] qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total dos seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades (BRASIL, 2006, p. 17).

Não é difícil imaginar que essa violência pode muitas vezes aprisionar a vítima dentro dessa relação de abuso, já que o parceiro ao subtrair os bens da vítima para si, ocasiona nela o medo de não conseguir viver sem os meios financeiros de subsistência (dinheiro, carro, casa) que lhe foram tirados, pois vive dentro de uma sociedade que é dura e cruel, principalmente com quem está em uma situação de vulnerabilidade social.

A respeito da Violência moral o Art. 7º da Lei 11. 340 pode ser definida como “[...] qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006, p 17).

A partir da definição dada por essa lei, entende-se que o ato de espalhar boatos e falsas acusações; depreciação da imagem e a honra da vítima por meio de calúnia e injúria, ponderando que essas práticas também podem ser feitas através de meios

digitais como por exemplo a internet e não deixarão de ser considerado violência moral.

É preciso mencionar que apesar da violência doméstica ter essas cinco formas de violência executadas dentro do seu desenrolar, a violência doméstica não é tão simples, existe um ciclo em sua prática.

Brasil (2020) explica que esse ciclo é a forma com que as práticas das violências físicas, psicológicas, sexual, patrimonial e moral se realizam dentro das relações conjugais, o ciclo é composto por três fases: fase da tensão, fase da agressão e a fase da lua de mel, é importante frisar que para ele o ciclo existe de fato, mas, a existência dele não se dá em todas as situações de violência doméstica.

A primeira fase é a fase de tensão, onde o agressor apresenta comportamento ameaçador e tende a atacar a vítima buscando atingir seu emocional como forma de amedronta-la.

Na fase da agressão, inicia-se o momento em que se originam as agressões físicas, é aqui que as agressões tomam proporções cada vez maiores e mais violentas.

Na terceira fase que seria a lua de mel o agressor diz que está arrependido de cometer a agressão e geralmente promete não a cometer novamente, sob a justificativa de que será uma pessoa melhor.

“Esse ciclo se repete, diminuindo o tempo entre as agressões e se torna sempre mais violento” (BRASIL, 2020, p. 16).

A instabilidade de comportamentos do agressor em relação a vítima, dificulta muito atitudes que possam significar a saída dessa relação, o medo da represália, o medo de não conseguir adentrar em um próximo relacionamento que seja melhor que o atual, pois como já foi dito anteriormente, a auto estima da vítima e o emocional pode estar afetada pela presença da violência psicológica, tendo somado a isso o medo de não conseguir se manter financeiramente sozinha (isso se agrava quando a vítima possui filhos), faz com que ela se prenda nesse emaranhado de violências e não consiga se soltar sozinha.

Outro ponto a ser pensado na violência doméstica é a relação de poder existente entre o casal, Luz (2014) faz uma pontuação em sua obra referente ao fato das normas de gênero e do pensamento que a sociedade possui (senso comum) acabarem interferindo nas mais diferentes formas de relações, de maneira que

acabam definindo e determinando modelos hierárquicos e desiguais de relacionamento.

A relação de poder muito se liga com a questão de gênero, questão essa que está imbricada com o sistema patriarcal capitalista, já que é um sistema fomentador de desigualdades e violências de forma ampla, principalmente para as mulheres.

A desigualdade de gênero responsável por disseminar a desigualdade entre homem e mulher começa a ser colocada em prática desde cedo (no período da infância), sendo expressas quando os pais dão brinquedos como jogos de panela e bonecas para a filha, o que acaba preparando e direcionando ela a desenvolver o ato do cuidado e do trabalho doméstico, muitas vezes isso é feito pelos pais sem nem ao menos eles perceberem a real razão disso, não percebem que estão propiciando a propagação do pensamento patriarcal e sexista da sociedade para a criação de sua filha.

Quando o período de preparação se encerra (infância e adolescência) e a vida adulta chega, é aí que as desigualdades de gênero se materializam de uma forma mais consistente.

Gama (2014) considera que a divisão sexual do trabalho se relaciona com a desigualdade de gênero, aqui a mulher é apresentada ao trabalho, mas não da mesma forma que o homem, para ela a sociedade estipula que devem ser direcionados o trabalho doméstico e do cuidado da família, enquanto, para o homem é destinado o trabalho assalariado e mais valorizado socialmente.

A mulher que se encontra vivendo dentro de um modelo de sociedade repleto de desigualdades sociais, econômicas e políticas infelizmente não se encontrará livre de situações que a inferiorizem.

Mesmo que atualmente as mulheres tenham avançado um pouco mais em relação ao trabalho, por meio de muitas lutas, a desigualdade se reflete na remuneração salarial entre homens e mulheres, mesmo que mulheres exerçam as mesmas funções que os homens, ainda assim elas recebem menos.

Além disso as desigualdades não param por aí, socialmente mulheres continuam sendo consideradas mais frágeis que homens, a respeito disso Saffioti (1985), mostra que:

Geralmente, as mulheres e associada a valores considerados negativos, tais como, emoção, fragilidade, resignação. Tais valores contêm ideias como: as mulheres e incapaz de usar a razão; não e capaz de lutar contra ocorrências adversas, já que se conforma com tudo; e insegura. Estes característicos são

apresentados como inerentes as mulheres, isto é, como algo que as mulheres trazem desde o nascimento. (SAFFIOTI, 1985, p. 118).

A fragilidade estereotipada, a concepção de incapacidade para tomar decisões importantes e a concepção de falta de controle e força emocional, são argumentos que constroem um estigma social em torno da mulher e só trazem prejuízos a ela.

Tudo isso faz com que o homem com o apoio do meio social patriarcal e capitalista se sinta no direito de posse da mulher, e roube dela a possibilidade de decisão sobre si e do seu corpo a submetendo a situações de violências em vários âmbitos de sua vida e também no seu âmbito doméstico.

Tudo isso faz com que a violência se faça presente de forma intensa em relações afetivas e mostra que ela se dá por causa da estrutura de violências que ocorre na sociedade, seja ela de gênero ou classe.

A presença da violência estrutural se faz forte em sua forma direta e indireta em várias situações do cotidiano social, o que causa um sentimento de medo e preocupação nas pessoas, o Estado entra aí como um mediador entre a segurança e a população, e como uma arma de combate usa a força polícia.

Lessa; Tonet (2008) apontam que o Estado é comandado pela classe dominante (burguesia), com isso não é difícil pensar que a força policial e militar é um recurso muito utilizado por ela, e que os seus atos são todos pensados para que seja mantido a sua posição de dominação social, é de fácil dedução que ela fará o possível para que não haja a menor possibilidade que outra classe social se torne dominante em seu lugar.

Infelizmente essa militarização da força policial estruturada pelo Estado influencia grande parte da sociedade civil a fazer a busca incansável por segurança, e a dificuldade de eliminar a existência da violência aumenta a sensação de impunidade.

A sensação de insegurança é tanta que as pessoas não conseguem se sentir seguras, e a ideia de segurança que o Estado promete e expõe como “garantida” não é algo que ocorre 100% de fato, juntamente com a forte presença da violência faz com que a partir disso a sociedade comece a pensar que ela mesma precisa proteger a si e seus familiares com as próprias mãos.

Tais práticas punitivas aumentam a violência já presente na sociedade, de acordo com Brito; Villar; Blank, (2013) que fazem uma análise utilizando os dados do “Mapa da Violência de 2013” citam que o Brasil produziu um número maior de vítimas

de morte por homicídio do que os doze maiores conflitos mundiais ocorridos entre os anos de 2004 a 2007, tendo um total de totalizando 192.804 de mortes.

Em relação a essa violência Ianni (2004) diz:

A fúria da violência tem algo a ver com a destruição do outro, diferente, estranho, com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de 25 dilemas difíceis, a sublimação do obscuro embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais (IANNI, 2004, p. 168).

O mais indignante em relação a tudo isso é que a questão do fomento da violência e da defesa /justiça com as próprias mãos são inegáveis estratégias de controle social das massas, sendo, de acordo com os autores acima citados, algo que beneficia muito a elite e as indústrias armamentistas.

Com tudo o que foi apresentado, é nítido que toda a carga histórica de violência, patriarcado, desigualdade de gênero decorrentes do próprio capitalismo em si criam situações de dependência e inferiorização da mulher em relação ao homem, ou seja, possuem participação ativa nos casos de violência doméstica.

CAPÍTULO II

3 HOMOAFETIVIDADES

A proposta desse tópico é apresentar algumas das mudanças de concepções tidas pelas civilizações a anos atrás a respeito das práticas sexuais de gays e lésbicas, bem como alguns acontecimentos que ocorreram no Brasil durante o período ditatorial que afetaram a vida da população de gays e lésbicas, para isso se fará uso de conteúdo baseado em autores e pesquisadores que se dedicam ao tema.

3.1 Breve histórico sobre homoafetividades

Levando-se em consideração todo o processo de modelos societários existentes até o estabelecimento do modelo atual que é o capitalista, resquícios dos pensamentos, normas e doutrinas dos modelos anteriores ainda podem ser percebidos, alguns reformulados em sua maneira de propagação, hoje entranhados no meio social muitas vezes de forma estrutural, por exemplo, a homofobia.

E para melhor visibilizar é preciso ter em mente alguns dos acontecimentos históricos que giram em torno dos relacionamentos entre gays e lésbicas. Durante a história da humanidade nem sempre a homossexualidade foi entendida como algo profano, Reinke et al. (2017) em sua obra que aborda a história da homossexualidade no decorrer das sociedades antigas diz que:

Dentro da cultura grega, é relevante destacar a forma como duas sociedades encaravam as práticas das relações sexuais e afetivas entre dois homens. A primeira sociedade a ser mencionada é a espartana, reconhecida como uma sociedade guerreira. As relações homoeróticas eram aceitas socialmente, pois os espartanos viam as relações entre casais de amantes homens como uma forma de fortalecimento e coesão militar. Um guerreiro treinava um jovem na arte da guerra, um aprendizado longo e árduo, e a relação entre o guerreiro e o seu aprendiz era próxima e vital, tão importante que os planos de batalha do Exército espartano eram feitos com base nessa relação (REINKE et al., 2017, p. 278).

A cultura grega reconhecia a homossexualidade como uma prática transitória de fases da vida jovem para a adulta, era como se fosse um rito de passagem comum entre os jovens. Borrillo (2010) em sua obra que aborda sobre as diferentes concepções tidas por alguns momentos da história da humanidade sobre a

homossexualidade, deixa claro a aceitação de práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo pela sociedade da Grécia Antiga quando coloca que:

[...] a sociedade grega considerava a homossexualidade como legítima. Com efeito, embora a relação entre o adolescente (eromenos) e o adulto (erastes) as sumisse o caráter de uma preparação para a vida marital, os atos homossexuais usufruíam de verdadeiro reconhecimento social (BARRILLO, 2010, p. 45).

Assim como, na Grécia Antiga a Roma Clássica também assentia e achava necessária a existência de práticas homossexuais, “[...] posto que a homossexualidade era percebida como necessária e relevante para o funcionamento da ordem e da hierarquia social” (REINKE et al., 2017, p. 288), nas duas localidades atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram tidos como algo importante, porém existiam algumas imposições do que não era permitido acontecer, caso houvesse a prática dessas relações sexuais.

Na Roma Clássica, a homossexualidade era tolerada sob as seguintes condições: não afastar o cidadão de seus deveres para com a sociedade; não utilizar pessoas de estrato inferior como objeto de prazer e, por último, evitar absolutamente de assumir o papel passivo nas relações com os subordinados. Evidentemente, o cidadão romano deveria, sobretudo, casar-se, tornar-se pater famílias, assim como zelar pelos interesses não só econômicos, mas também da linhagem. Na realidade, somente a bissexualidade ativa era bem vista e aceita em Roma (BARRILLO, 2010, p. 46).

É perceptível o interesse da Roma Clássica na procriação, mesmo não sendo proibida as relações entre gays e lésbicas, a prioridade eram as relações sexuais com a finalidade de procriação, em Roma tal pensamento ganhou força com a presença do cristianismo advindo da propagação dos ideais do fundamentalismo religioso que norteava a igreja católica em Roma.

Sobre o fundamentalismo religioso:

Vejo o fundamentalismo religioso como *um modo de ser, de pensar e de agir*, que resulta de uma crença e de uma adesão incondicionais a uma doutrina religiosa, qualquer que ela seja, judaica, cristã ou islâmica, considerando-a como a única detentora e protetora do Bem e da Verdade. E, em virtude desta atitude radical, os fundamentalistas religiosos tratam como inimigos todas as outras religiões e pessoas, que não comunguem com suas crenças, nem com seus ideais, tanto religiosos como políticos (ROCHA, 2014, p. 674).

Sendo assim, o fundamentalismo religioso utilizava-se da igreja católica que a época era uma detentora de muito poder e influência social para propagar e garantir

seus interesses, e tentar eliminar tudo que não lhe agradava, como era o caso de casais de gays e lésbicas.

Sob a influência do cristianismo, o Império Romano empenha-se na repressão das relações entre pessoas do mesmo sexo. A crença na qualidade natural e a moralidade das relações heterossexuais monogâmicas-e, correlatamente, a percepção da homossexualidade como prática nociva para o indivíduo e para a sociedade- levam o imperador Teodósio 1º, em 390, a ordenar a condenação à fogueira de todos os homossexuais passivos. De acordo com o Código Teodosiano (Teodósio II, 438), a atitude passiva, associada necessariamente à feminilidade, implicava uma ameaça para o vigor e a sobrevivência de Roma (BORRILLO, 2010, p. 48).

Como forma de evitar que as práticas sexuais entre gays e lésbicas existisse o fundamentalismo religioso por meio da igreja católica começa a penalizar aqueles que tivessem tais práticas, essa ideia foi difundida para o meio social e ganhou grande força, isso se espalhou para diversas vertentes de pensamentos que passaram a compartilhar esse mesmo ideário.

Para as diferentes filosofias religiosas da época, qualquer que fosse a atividade relacionada a sexo e que não tivesse a única e exclusiva finalidade de procriação era considerada um pecado mortal, podendo ser o praticante condenado à morte pela Igreja. Essa visão preconceituosa defendida contra a homossexualidade é justificada pelo fato de que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não se enquadrariam dentro da ordem divina de “Crescei e multiplicai-vos”. Portanto, o ato sexual sem finalidade de procriação era condenado e, segundo a Igreja, só seria correto se realizado dentro do matrimônio (REINKE et al., 2017, p. 281).

As investidas do fundamentalismo religioso não findaram a existência de gays e lésbicas, a sua extinção não ocorreu, uma das formas de tentar frear tais atos que “colocavam em risco o crescimento populacional” e por consequência o futuro da humanidade em perigo, criaram uma penalidade que envolviam morte, sob a justificativa de “limpar” o que “contaminava” a sociedade.

A morte pelo fogo aparece como uma forma específica e necessária de purificação, não só do indivíduo queimando-lhe a carne para salvar a alma, mas igualmente da comunidade, extirpando assim o mal que a corrói em seu âmago. (BORRILLO, 2010, p. 54).

Mesmo que a morte tenha se tornado o principal meio de tentar exterminar a população de gays e lésbicas alguns países também adotaram outras formas de penalizar as práticas sexuais entre essas pessoas.

Na Europa dos séculos XVI, XVII e XVIII, não apenas a Espanha, Portugal, França e Itália católicas, mas também a Inglaterra, Suíça e Holanda protestantes puniam severamente a sodomia. Seus praticantes eram condenados a punições capazes de desafiar as mais sádicas imaginações,

variando historicamente desde multas, prisão, confisco de bens, banimento da cidade ou do país, trabalho forçado (nas galés ou não), passando por marca com ferro em brasa, execração e açoite público até a castração, amputação das orelhas, morte na forca, morte na fogueira, empalamento e afogamento. (TREVISAN, 2000, p. 127).

Ao fundamentalismo religioso não interessava saber se os atos eram consensuais ou não, se prejudicaria moralmente ou até na visão religiosa a alma do homossexual, a única preocupação dela era a oposição “[...] à ordem natural dos sexos e das sexualidades, assim como à vontade divina, que, ao criar-nos homens e mulheres, atribuiu uma posição preeminente, no âmago dessa ordem, à heterossexualidade” (BORRILLO, 2010, p. 61).

Com o passar do tempo a igreja católica se tornou um pouquinho mais “tolerante” com os gays e lésbicas, segundo o autor acima citado a versão do Catecismo da Igreja Católica (1992) apresenta uma argumentação diferente da que exigia a morte no fogo, “[...] em vez de lançar os sodomitas na fogueira, trata-se, agora, de acolhê-los com compaixão a fim de que, na melhor das hipóteses, eles fiquem curados e, na pior, possam viver na abstinência” (BORRILLO, 2010, p. 59), a ideia aqui era que a castidade seria a solução para o “problema” da “impureza”.

A triste concepção de que a as práticas sexuais entre gays e lésbicas era um pecado perdurou por muito tempo, porém no ano de 1960 essa percepção começou a ir mudando.

O que antes era entendido como um pecado, u m vício moral, u m ato criminoso e que tinha suas raízes no desvio social e moral, agora toma forma de desvio psíquico e/ou biológico. Aquilo que antes era entendido como um vício moral e social, e que era de responsabilidade da religião e do direito, encontra-se nos séculos XIX e XX sob responsabilidade da psiquiatria, psicologia e medicina (PRETES; VIANA, 2007, p. 320).

A mudança de concepção ocorrida aqui não foi nada positiva. A homossexualidade passa a ser tida como a “doença homossexual” por muitos anos, “No Brasil, os Conselhos Federais de Medicina (desde 1985) e de Psicologia (somente desde 1999) não consideram a homossexualidade como doença, distúrbio ou perversão” (MASIERO, 2013, p. 130).

Mesmo assim o seu reconhecimento não era a nível mundial, foi apenas em 1995 que isso mudou.

[...] em 1995, a Organização Mundial de Saúde (OMS) excluiu a homossexualidade do catálogo das doenças mentais (Classificação Internacional de Doenças CID). Isto é, até então se considerava o “homossexualismo” um desvio ou transtorno sexual análogo à bestialidade, à

pedofilia, à frigidez, à impotência, ao fetichismo, ao masoquismo e ao sadismo (CID 09, código 302). Ainda: a Associação Americana de Psiquiatria (APA), na quinta edição (2012) do “Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais” (DSM), manteve a tipificação da transexualidade como transtorno de identidade de gênero (MASIERO, 2013, p. 130).

Depois do surgimento da “doença sexual” a situação se agrava para essa população por que com o aparecimento da AIDS no Brasil, a correlação da população de gays e lésbicas com essa doença, foi algo que acentuou muito o preconceito já existente com essa comunidade.

Com o aparecimento das primeiras informações sobre a AIDS, por meio da imprensa, após o choque e a familiaridade em relação à doença por parte da população, do governo, de instituições e profissionais, a enfermidade foi chamada de “nova doença”, “câncer gay”, “peste gay”, assim denominada, por ter sido descoberta inicialmente em homossexuais [...] (FREITAS, 2016, p. 36).

A dificuldade enfrentada pelos homossexuais em relação ao HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) também não deve deixar de ser trazida a menção já que “O termo homossexualidade foi evidenciado como estigma a partir da epidemia de AIDS nos anos 80, que foi relacionada à população masculina e transformou o homem homossexual em sinônimo da doença.” (OLIVEIRA, 2018, p. 4).

Ao observar empiricamente as ideias propagadas pelo senso comum em relação ao HIV e gays e lésbicas, é possível chegar à conclusão de que as inseguranças em relação ao HIV que os homossexuais possuem são decorrentes da correlação com a doença feita até os dias de hoje, o preconceito errôneo quanto aos meios de contágio por acreditarem que no simples contato corporal já seria possível a transmissão, já é algo que leva ao afastamento e isolamento social. Sendo assim “[...] além de sofrerem com os danos físicos acarretados pelo HIV e as doenças oportunistas, as vítimas da AIDS tiveram de enfrentar a culpabilização individual pela infecção e o forte preconceito e rejeição por parte da sociedade” (CARVALHO; PAES, 2011, p. 159).

Trazendo agora foco para os acontecimentos que se desdobraram no Brasil em décadas mais recentes e que também marcaram a população de gays e lésbicas Green (2019) relata que desde as origens coloniais até os tempos atuais a um posicionamento punitivo a qualquer forma de identidade sexual distintas dos “padrões”, segundo o autor houve um período da história onde a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo era considerada como um crime de sodomia. No Estado do Rio de Janeiro a repressão dos homossexuais também foi agressiva.

A repressão à homossexualidade tem uma longa história no Rio de Janeiro. Embora as leis coloniais brasileiras considerassem sodomia um pecado, que podia ser punido pelas chamas da fogueira, o Código Penal Imperial de 1830 eliminou todas as referências à sodomia.

Entretanto, leis dos séculos XIX e XX restringiram o comportamento homossexual. Adultos engajados em atos sexuais com outros adultos num local público poderiam ser indiciados por “ofender os bons costumes, com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade.” (GREEN; QUINALHA 2015 p. 1).

Além de proibir as ações comportamentais relacionados a homossexualidade sob a justificativa de não escandalizar a sociedade os autores acima citados ainda falam que como uma medida de prender gays e lésbicas que andavam pela rua e não comprovavam residência a polícia os levava com a alegação de que eram vândalos, e os tiravam da rua para que não ofendessem a moral.

Como forma de amedrontá-los foram criadas normas de condutas a serem seguidas, havendo a tentativa de controle no modo de vestir, se maquiar, onde frequentavam, e vários outros aspectos comportamentais de homens e mulheres para que nenhum deturpassem a “ordem moral” do momento.

Com o golpe militar ocorrido em 1964 a situação de perseguição só piorou, os 21 anos de ditadura militar foram marcados por organizações políticas conservadoras que buscavam a todo custo reprimi-los.

O ano de 1968 foi caracterizado por uma efervescente mobilização social, cultural e política contra a intensificação da ditadura, este momento, nesse sentido, marcou a passagem para um novo período do regime militar. O qual, alimentou os imaginários de contestações da repressão aos homossexuais, contudo, o decreto do AI-5, em dezembro de 1968, findou com as articulações políticas que contestavam o uso da censura e da violência direta do Estado, como também tolheu qualquer possibilidade institucionalizada de uma organização LGBT (GREEN; QUINALHA, 2014 apud OLIVEIRA; SANTANA, 2016, p. 303).

Nos anos seguintes, o período chamado de “anos de chumbo” foi marcado por uma violência intensa, houveram muitas modificações a âmbitos sociais e mercado, as cidades estavam crescendo e de nada ia adiantar os militares permanecerem com o mesmo direcionamento em relação a essa população, com isso esse período também trouxe modificações no posicionamento militar.

Com a abertura de espaço para mobilizações mesmo que de forma discreta e em espaços fechados, surgiu uma mobilização política maior de luta pelos direitos da população de gays e lésbicas em relação aos anos anteriores.

No ano de 1974, o país presencia uma abertura política, ainda que de maneira branda e parcial. Neste período, verifica-se uma reorganização das oposições ao regime militar, a qual, também, oferece melhores possibilidades para que os homossexuais se organizassem politicamente. Neste primeiro momento, contudo, o medo instituído pela ditadura desestimulava as iniciativas individuais de organização. Entre os homossexuais de classe média, principalmente, os bares, as boates, as saunas, entre outros lugares homosociais, eram vistos como espaços privilegiados e por isso eram mais céticos em relação a proposta de uma organização política.

Em 1977, as mobilizações estudantis se espalham pelo país, as quais criam um imaginário contestador do regime autoritário. Além dessas mobilizações, o Brasil testemunha, em 1978, as greves realizadas nas zonas industriais da Grande São Paulo. Neste período, também ocorre uma abertura para a produção cultural, a exemplo da criação do jornal *Lampião da Esquina*, considerado uma referência fundamental para o movimento homossexual brasileiro. (OLIVEIRA; SANTANA, 2016, p. 303).

Infelizmente mesmo com o aumento da movimentação da luta pelos direitos da população de gays e lésbicas o militarismo conservador não ficaria de braços cruzados, com isso ele faz uso da censura, ato marcante nesse período, censurou o jornal *Lampião da Esquina* acima citado por jornal usado na luta da causa homossexual.

Esse conjunto de valores normativos quanto à sexualidade incidiu nas práticas de censura sobre jornais como o *Lampião da Esquina* (o primeiro periódico produzido por e para homossexuais a circular no âmbito nacional entre os anos de 1978-1981) que buscava falar da homossexualidade de maneira positiva, contestando os estigmas recorrentemente atribuídos ao tema em jornais de grande circulação, reforçando assim o caráter patológico e “anormal” dos homossexuais assim como a censura a alguns personagens televisivos considerados uma ameaça à juventude (SILVA, 2016, p. 76).

A censura não foi algo restrito a jornais da época, ela também foi estipulada para televisão, rádio, revistas, nos canais de veiculação de informação que ainda circulavam estava proibido menção de assuntos que fosse considerados “perigosos” para o golpe militar, estavam vedados assuntos e “[...] temas como homossexualidade e os homossexuais, questão racial, prostituição, tortura e prisões arbitrárias, [...] eram proibidos pelo aparato censório do regime” (RODRIGUES, 2014 apud SILVA, 2016, p. 76), e qualquer pessoas que também fosse pega discutindo sobre esses assuntos era penalizada.

O Rio de Janeiro ao mesmo tempo que foi um Estado brasileiro marcado pela repressão a comunidade de gays e lésbicas, no ano de 1960 se tornou um refúgio para os mesmos.

O Rio de Janeiro continuava sendo uma cidade importante política e culturalmente, mesmo depois da inauguração de Brasília em 1960, mantendo-se como um polo de atração para quem buscava as oportunidades oferecidas por uma metrópole dinâmica e diversa. Para uma pessoa jovem

que sentia desejos por outra pessoa do mesmo sexo ou que não se adaptava aos padrões de gênero associados ao seu corpo, a “Cidade Maravilhosa” servia com um grande refúgio. Era uma destinação para pessoas expulsas das suas casas em Aracaju, Porto Alegre, Curitiba ou Campos quando os pais descobriram a sua orientação sexual ou não concordaram com a sua apresentação de gênero. A metrópole do anonimato oferecia um abrigo para pessoas que sofreram as fofocas dos vizinhos, as piadas dos seus colegas ou o afastamento dos seus parentes por serem “diferentes”. Em 1960, o Rio de Janeiro representava um espaço longe do controle familiar, onde era possível viver relativamente livre da desaprovação social entre desconhecidos numa cidade com 4 milhões de habitantes. (GREEN; QUINALHA, 2015, p. 3-4).

Fora das regiões interiorizadas, com a população reduzida é quase que impossível manter uma informação em sigilo, as conversas são sempre compartilhadas de vizinho para vizinho ou conhecidos, até porque a maioria das pessoas se conhecem, como o Rio de Janeiro é uma Estado com um número populacional mais elevado a chance de se manter imperceptível é muito maior, o cotidiano, o trabalho e a vida como um todo urge e as preocupações e correrias da vida metropolitana também dificultam o compartilhamento de fuxicos e difamações para com a população de gays e lésbicas.

Com todas as movimentações de lutas sociais, não só de gays e lésbicas, de acordo com Masiero (2013) também existiram movimentos estudantis, de esquerda, raciais, entre vários outros.

Desde meados da década de 80, assiste-se, no Brasil, a um fortalecimento da luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais.

Associações e grupos ativistas se multiplicam pelo país: há cerca de 140 grupos espalhados pelo território nacional e a força desse ativismo se vem expressando em diferentes momentos e eventos comemorativos, como o Dia Mundial do Orgulho LGBT, por exemplo (MASIERO, 2013, p. 142).

Um marco importante para se mencionar também foi o de que “[...] institucionalizaram a data de 28 de junho, como sendo “O dia do Orgulho Gay”, relembrando a rebelião de travestis em Nova Iorque em 1969” (FARINELLI; MEDES, 2008, p. 183), fato que faz lembrar todos os anos a causa de luta dessa população.

É importante mencionar que apesar da existência de movimentos de esquerda que se posicionavam ao contrário dos militares conservadores, Silva (2016) deixa claro que apesar de ter ocorrido uma disputa entre os movimentos de direita e os movimentos de esquerda durante o período militar, disputas essas que também estavam relacionadas com os movimentos de defesa a população de gays e lésbicas, é preciso levar em consideração que a esquerda não era livre de pensamentos

conservadores, muito pelo contrário à esquerda apesar demonstrar preocupação com as questões que envolviam gays e lésbicas, tinham percepções próprias a respeito da homossexualidade naquele período.

Green (2012) cita duas percepções que a esquerda tinha em relação a homossexualidade no período ditatorial no Brasil:

O primeiro, ligava a homossexualidade ao comportamento burguês e, portanto, à contrarrevolução. O segundo, concordava com conceitos médicos e psiquiátricos, a partir dos quais a homossexualidade era uma degeneração física e emocional. Outra atitude, embora provavelmente inconsciente, se baseava nos ensinamentos católicos tradicionais que consideravam a homossexualidade uma abominação moral. Sentimento anti-imperialista associado ao comportamento homossexual e críticas à homofobia com influências alheias e estrangeiras (GREEN, 2012, p. 71).

Nem sempre a esquerda esteve atrelada a questões de liberdade e igualdade como pode estar atualmente, Silva (2016) enfatiza que é sempre bom estar bem atento, devendo sempre “[...] desconfiar e questionar de algumas narrativas que tentam associar uma certa e histórica concepção de democracia e igualdade como uma bandeira das organizações de esquerda “desde sempre” (SILVA, 2016, p. 78), pois a própria esquerda também foi responsável por monitorar e vigiar a população homossexual da época.

Com a instauração da ditadura iniciou-se também o período que Quinalha (2017) chama de “ditadura hétero militar”, em que, a repressão estatal contra o homossexualismo foi grande. Para ele:

Ainda que o Estado não seja o único responsável por normatizar os discursos e práticas sexuais, sem dúvidas, durante a ditadura, ele se tornou um *locus* privilegiado de irradiação de regras proibitivas e licenças permissivas em relação às sexualidades, ajudando a definir as condutas classificadas como inaceitáveis (QUINALHA, 2017, p. 24).

O Estado que é criado e controlado pela classe dominante denominada de burguesia como forma de manter controle e dominação e garantir seus interesses, e fazia parte de seus interesses que a moral e a conduta correta de orientação sexual fossem mantidas e as práticas punitivas e preconceituosas continuaram.

A sociedade se desenvolveu pautada no pensamento de que as relações heterossexuais constituídas por um homem e uma mulher era o único modelo de relação conjugal ou amorosa correta e aceitável, qualquer constituição familiar ou afetiva que foge disso se torna anormal, o que resumidamente é uma sociedade heterossexista.

Por meio do heterossexismo, concebemos nosso sexo, corpo e desejo, que não apenas legitima a prática heterossexual como obrigatória e impõe a divisão hierárquica de gênero como natural, mas, também, pelo qual são organizadas as demais expressões e práticas sexuais (TOITIO, 2020, p. 92).

Toitio (2020) segue dizendo que mesmo que ao nascer já se tenha a pré-designação como “sujeito” heterossexual é possível se romper com a designação durante a vida, apesar disso, mesmo que esse rompimento seja possível, a heterossexualidade não aparece como um facilitador desse rompimento, muito pelo contrário, dificulta a todo custo, sobre isso Borillo (2010) explica:

A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa e o ideal que ela encarna- é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, pato lógicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORILLO, 2010, p. 31).

Apesar das questões em torno da orientação sexual atualmente vir sendo discutida, é nítido que homofobia é algo recorrentemente identificada. Para Borillo (2016) ela é:

[...] é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. Crime abominável, amor vergonhoso, gosto depravado, costume infame, paixão ignominiosa, pecado contra natureza, vício de Sodoma, outras tantas designações que, durante vários séculos, serviram para qualificar o desejo e as relações sexuais ou afetivas entre pessoas do mesmo sexo (BORILLO, 2016, p. 13).

A homofobia é uma forma de menosprezar, excluir e humilhar pessoas que se desvirtuem ou fujam do padrão sexual estipulado pela sociedade heteropatriarcal capitalista. A rejeição mencionada pelo autor acima não ocorre somente no âmbito do Estado, muitas vezes dentro do próprio ambiente familiar a homofobia ocorre.

A falta de apoio, os olhares raivosos e a pressão para que a pessoa deixe de ser “desajustada” e se torne normal, tudo isso provoca um sofrimento muito grande para os gays e lésbicas, Borillo (2010) explicita isso quando coloca que:

O homossexual sofre sozinho o ostracismo associado à sua homossexualidade, sem qualquer apoio das pessoas à sua volta e, muitas vezes, em um ambiente familiar também hostil. Ele é mais facilmente vítima de uma aversão a si mesmo e de uma violência interiorizada, suscetíveis de levá-lo até o suicídio (BORILLO, 2010, p. 40).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por gays e lésbicas é de muita luta pela garantia dos seus direitos, em 2011 foi conseguido uma conquista muito grande para as pessoas em relacionamento com outra pessoa do mesmo sexo, a aprovação do casamento civil entre casais de gays e lésbicas.

A radical mudança de paradigma no tratamento do tema homossexualismo foi consubstanciada a partir de decisão, no ano de 2011, na qual o Supremo Tribunal Federal aprovou, por unanimidade, o reconhecimento da união homoafetiva. Além disso, os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis heterossexuais deveriam ser estendidos aos companheiros das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Além dessa ação, o governo do Estado do Rio de Janeiro alegou que o não reconhecimento da união homoafetiva estaria contrariando preceitos fundamentais, como igualdade, liberdade e o princípio da dignidade da pessoa humana, todos da Constituição Federal de 1988 (REINKE et al., 2017, p 286).

Com isso os casais de gays e lésbicas conseguiriam ter à garantia dos mesmos direitos jurídicos que os casais heteros. Mesmo com essa grande conquista na luta dessa população o trato e reconhecimento social ainda não consegue ser 100% igualitário, ainda há muitas questões relacionadas a vida da comunidade de gays e lésbicas a serem vencidas, pois não é de interesse do capital ter outros tipos de constituições familiares dentro do corpo social, isso pode causar uma desarmonia em seu sistema.

O ideal social “familista” é funcional à mercantilização capitalista, a passo que a família heteropatriarcal e monogâmica se torna uma unidade econômica vital para manutenção da ordem social, pela atribuição de papéis atribuídos a homens e mulheres (LACERDA, 2020, p. 207).

Como foi possível perceber, a sociedade se desenvolveu pautada no pensamento de que as relações heterossexuais constituídas por um homem e uma mulher era o único modelo de relação conjugal ou amorosa correta e aceitável e que ela traz ganhos ao capitalismo e conseqüentemente à burguesia, qualquer constituição familiar que possui formação diferente se torna anormal ou ruim para a manutenção dos seus interesses.

Lacerda (2020) acredita que as normas de como as pessoas devem se portar são estabelecidas pela sociedade e pautadas nas dinâmicas das reproduções das relações sociais capitalistas, tendo também influencias do patriarcado, da escravidão e da heteronormatividade.

Uma outra grande conquista obtida pelos casais de gays e lésbicas é o direito a adoção, Souza; Freitas (2017) em sua obra que tem como conteúdo a adoção, principalmente a adoção feita por famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo,

mostra que a medida que a lei prevê adoção para famílias constituídas por pais heterossexuais, que cumpram as condições que assegurem o segurança, afeto e o cuidado do indivíduo a ser adotado, estipulados pela lei, e como os casais homoafetivos também “[...] têm o direito de constituir e ser reconhecidos como família, independentemente do sexo ou da orientação sexual” (FARINELLI; MEDES, 2008, p. 186), o mesmo deve ser adotado a todos os tipos de constituições familiares.

O tratamento igualitário de acordo com a autora deve ser cumprido pois tem como apoio legal o Princípio da dignidade e da igualdade da pessoa humana.

A constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu art. 1º e no art. 5º dispõe que:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: Art. 1º §3º—a dignidade da pessoa humana. [...] Art. 5º -a igualdade da pessoa humana (BRASIL, 1988, p. 11-12).

O tratamento deve ser igualitário em todos os âmbitos da vida, sobretudo, em assuntos pertinentes a adoção, pois “As normas constitucionais que consagram o direito à igualdade proíbem discriminar a conduta afetiva no que respeita à sua inclinação sexual” (SOUZA; FREITAS, 2017, p. 166).

Muitas lutas foram travadas, conquistas também foram obtidas, mas ainda se faz necessário muitas melhorias para a comunidade de gays e lésbicas, mas todo o histórico de lutas faz parte de mudanças futuras, pois toda “revolução parcial, [é] uma revolução que deixa de pé os pilares do edifício” (Marx, 2010, p.121) e consegue obter mudanças na realidade de gays e lésbicas.

CAPÍTULO III

4 OS NOTICIÁRIOS DIGITAIS E O TRATAMENTO DAS VIOLÊNCIAS ENTRE CASAS DO MESMO SEXO

A proposta desse tópico é apresentar como a mídia tem um poder muito forte de influência social em suas mãos, podendo criar e moldar pensamentos positivos ou negativos a respeito de grupos marginalizados para o meio social em que vivem, além disso traz uma análise de como é feito o repasse dos casos de violência domésticas entre gays e lésbicas para a sociedade, para isso se fará uso de conteúdo baseado em autores e pesquisadores que se dedicam ao tema.

4.1 A mídia digital e seu poder de influência social

Em tempos de tecnologia e avanços a informação se torna algo precioso, um dos meios de propagação de informações é a mídia digital. É possível observar empiricamente que a mídia tem uma participação muito forte no que diz respeito a construção de ideias e opiniões a respeito das pessoas, podendo afetar grupos de pessoas, como é o caso de gays e lésbicas de forma positiva como também negativa, um grande facilitador é posto por Penteado; Fortunato (2015) quando apresenta:

Hoje, as diferentes mídias fazem parte, direta ou indiretamente, do cotidiano da maioria da população, seja como fonte de trabalho, fonte de informação, entretenimento e/ou mecanismo de comunicação/interação social. Nesse contexto, a mídia assume centralidade na vida humana [...] (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 133).

O mundo todo consegue se conectar através das redes e por meio delas terem acesso a vários conteúdos que contribuem para a formação de opiniões, a partir disso a mídia consegue criar uma conectividade entre os acontecimentos e as pessoas em seus mais amplos espaços da vida social.

As autoras Njaine; Minayo (2002) apresentam durante a discussão do posicionamento da mídia no repasse de informações que a mídia se posiciona de duas formas:

O papel da mídia impressa se realiza em dois planos: um que procura narrar as notícias do dia, procurando cumprir sua função informativa; outro, no qual se configura e expressa um sistema de valores, associado ao lugar do jornal como sujeito da enunciação (NJAINÉ; MINAYO, 2002, p. 287).

A mídia pode escolher a maneira que se posiciona diante de seus leitores, a ela é dado esse direito, porém, nem sempre ela o usufrui, nem sempre o seu posicionamento é feito de forma neutra, sem uma vertente política enviesada em suas publicações.

Para Miguel (2002):

A mídia é, nas sociedades contemporâneas, o principal instrumento de difusão das visões de mundo e dos projetos políticos; dito de outra forma, é o local em que estão expostas as diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses presentes na sociedade. O problema é que os discursos que ela veicula não esgotam a pluralidade de perspectivas e interesses presente na sociedade. As vozes que se fazem ouvir na mídia são representantes das vozes da sociedade, mas esta representação possui um viés. O resultado é que os meios de comunicação reproduzem mal a diversidade social, o que acarreta consequências significativas para o exercício da democracia (MIGUEL, 2002, p.163).

O poder detido pela mídia não é mais somente informativo há um poder de transformação e manipulação da realidade, Molina; Ragusa (2020) afirmam isso em sua obra, a mídia tem a possibilidade de remodelar a informação antes de repassá-la para o seu público e assim conseguir difundir uma visão de realidade que beneficie os interesses ideológicos defendidos por ela.

As mídias não só aumentam o fluxo de informação, mas modelam suas características. A informação atomizada e fragmentada foca-se no hoje, mas recupera o que considera como importante de um passado que pode ser “adequado” e “adaptado” aos seus objetivos e, portanto, passível de manipulações, seleções e hierarquização de palavras e imagens (MOLINA; RAGUSA, 2020, p. 374).

Essa manipulação informacional favorece que a manutenção de certos pensamentos e formas de organização social sempre permaneçam fortalecidos, por meio dela adentra na mente das pessoas, mesmo que de forma sutil, e é lembrada.

Miguel (2002) mostra que o viés ideológico do pensamento capitalista sempre será defendido quando se trata da mídia, pois a própria depende dele.

Tal quadro deixa claro que os meios de comunicação, na forma em que existem hoje, dificilmente darão espaço para a expressão ou a constituição de interesses que ameacem as estruturas básicas do capitalismo.

No entanto, é preciso frisar que o problema da mídia não é um mero “caso” da incompatibilidade constatada entre o aprofundamento da democracia e a manutenção das relações capitalistas de produção. De fato, o desequilíbrio de recursos que o capitalismo produz na esfera econômica transborda sem cessar para a esfera política, comprometendo a igualdade que é requisito para o exercício da democracia um fenômeno que é apontado mesmo por autores vinculados à tradição liberal [...] (MIGUEL, 2002, p. 165).

A partir do momento em que a mídia não se coloca na posição de ameaçar a existência do sistema capitalista, não é difícil imaginar que alguns seguimentos sociais recebem mais atenção dela do que outros, o que pode afeta-los de forma negativa. Sobre o poder de deformação da imagem de determinados grupos sociais Ó et al. (2001) apresenta que a mídia:

[...] parte de uma imagem justa do que deve ser a dinâmica social, e desde ali tece as imagens dos personagens daquela cena. Existem, então, os que nela se ajustam, e os que não – como transgressores ou como vítimas, estas últimas quase culpadas do que se lhes ocorreu, dada a sua incapacidade, voluntária ou não, de procurar o abrigo e a proteção que se instituem socialmente como corretos. (Ó et al., 2001, p. 123).

A mídias não tem somente aspectos ruins ligados a ela, mesmo que ela não possa se posicionar de forma prejudicial ao sistema capitalista, ela ainda pode propiciar espaços de fala e dar visibilidade para grupos que são silenciados e esquecidos, porque ela pode “[...] crucialmente, gerar espaços que permitam aos grupos sociais, em especial os dominados, formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses [...]” (MIGUEL, 2002, p. 164).

É importante dizer que a mídia também tem poder de influência político partidário.

Em nossa sociedade, os meios de comunicação possuem uma grande importância para o jogo político: como espaço de disputa de imagens e capital político; como mecanismo de intermediação entre as instituições políticas, atores políticos e cidadãos; como fonte de informação política; e/ou como um mecanismo de pressão da opinião pública e grupos de interesses (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 134).

O cenário político brasileiro mostrou o quanto o uso da mídia é importante em uma jogada política, isso ficou bem claro quando até então o candidato à presidência da república Jair Messias Bolsonaro articulou-se durante toda a sua campanha política com a mídia e acabou por ganhar a eleição disputada por ele.

Além disso a mídia também pode ser utilizada como cortina de fumaça no jogo político. O autor Miguel (2002) quando discorre sobre a mídia argumenta que a exposição de algo nela pode ser usada como uma arma de distração, retirando a atenção da população para acontecidos políticos para que ela não consiga enxergar o que está acontecendo dentro da sociedade que ela mesmo vive.

O papel da mídia é crucial no que diz respeito a levar informação, seja de aspecto político, social, econômico, cultural, o seu poder enquanto fomentador de opinião é imenso.

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo [...] (BARRETO, 1994, p. 01).

Ela detém nas mãos um poder de muito valor, pois a informação gera conhecimento e o conhecido é um grande propulsor de transformação da realidade para o homem.

Com tudo que foi posto, entende-se que a mídia digital também é condicionada pelo sistema capitalista assim como vários outros segmentos da sociedade e considera-la como somente uma mera reprodutora de acontecimentos diários, sem entender que por trás dela existe um fundo ideológico e que buscam atingir diversas camadas sociais, se torna pura ingenuidade.

4.2 Análise da divulgação dos casos de violência doméstica entre casais do mesmo sexo pela mídia digital

Este tópico e os seguintes tem por finalidade trazer a conhecimento a forma como são repassados os casos de violência doméstica sofrida no âmbito das relações conjugais entre gays e lésbicas na mídia digital, tendo como objeto de estudo a invisibilidade a qual estão submetidos dentro da sociedade.

Recorreu-se ao materialismo histórico dialético como método principal para que se possa ter uma maior compreensão da realidade do objeto, já que este método busca realizar a análise a partir das vivências materiais pois são elas que determinam a realidade. Todas as condições reais existentes é que determinam o restante. Para Lessa; Tonet (2008):

Todavia, não é suficiente afirmar que o mundo dos homens não é uma síntese de ideia e matéria. Pois isto pode levar ao equívoco de cancelar a prioridade da matéria sobre a ideia, em dois momentos fundamentais. O primeiro é o fato de que a matéria é anterior a ideia; que a natureza existia antes dos homens surgirem; que a ideia é um desenvolvimento tardio da matéria. O segundo é que, em se tratando da reprodução do mundo dos homens, as determinações materiais (que são fundadas prioritariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas) constituem o momento predominante no desenvolvimento das ideias. É a existência social dos homens que determina as suas consciências, e não o inverso (LESSA; TONET, 2008, p. 24).

Na pesquisa em questão a forma que a sociedade se posiciona em determinado momento da história até os dias atuais, lembrando que a sociedade capitalista segundo Lessa; Tonet (2008) é comandada pela classe dominante (burguesia) traz reflexos significativos para a realidade dos sujeitos da pesquisa, ou seja, toda a transformação e mudança de modelos societários que já existiram refletiram no posicionamento social no sentido dos regimentos de opiniões pautadas na moralidade, religiosidade que interferem de forma agressiva na realidade do objeto da pesquisa.

É importante pontuar que mesmo a pesquisa utilizando o materialismo histórico dialético como método principal, diante da falta de bibliografia de referências amparadas e produzidas através do pensamento materialista, foi necessário fazer uso de referências bibliográficas de outras tendências teóricas, vale ressaltar que não se tem a intenção de se fazer ecletismo metodológico, pois a pesquisa possui uma tendência teórica definida. Partindo do ponto de vista da natureza o tipo da pesquisa realizada é básica pois “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prevista” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51) é exploratória pelo fato do pouco conteúdo científico existente referente ao assunto abordado e busca por meio dos métodos se aproximar ao máximo da realidade da violência doméstica homoafetiva. Para Prodanov; Freitas (2013) a pesquisa exploratória:

[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 52).

Do ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa foi realizada de forma qualitativa pois segundo Prodanov; Freitas (2013) a pesquisa qualitativa faz relação entre a realidade e o sujeito de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo.

Gil (2008) em sua obra explana sobre os procedimentos necessários para a produção da pesquisa social, e dentro dessa obra o autor afirma que a pesquisa bibliográfica se dá através da coleta de dados de outras obras que já tenham sido elaboradas (artigos e livros). A pesquisa bibliográfica permite que se tenha uma maior e mais ampla gama de informações do seu objeto de estudo sem que o pesquisador tenha que pesquisar diretamente.

[...] ao tratar da pesquisa bibliográfica, é importante destacar que ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44).

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram realizados a partir do levantamento bibliográfico e exploratório para a coleta de informações de obras de outros autores como referência para construção e compreensão do objeto da pesquisa.

Considerando a pesquisa bibliográfica, a coleta dos dados se realizou nas seguintes etapas: escolha do tema, levantamento bibliográfico preliminar, formulação do problema, elaboração do plano provisório do assunto, busca das fontes de leitura do material, fichamento, organização lógica do assunto e redação do texto.

Outro procedimento metodológico empregado foi a pesquisa documental que para os autores Prodanov; Freitas (2013) são pesquisas realizadas por meio de análises de documentos oficiais publicados por instituições ou órgãos públicos.

Sendo assim para a coleta de dados da pesquisa se optou por fazer uso de notícias sobre casos de violência doméstica entre casais de gays e lésbicas escritos e divulgados pelos jornais Jornal Isto É, Folha Vitória, Uol, Metrôpoles, Gazeta Digital, Portal Gay 1, Portal Holofote, BBC News Brasil, Jornal Estado de Minas, O Liberal e Correio Brasiliense.

Para a realização da pesquisa documental serão utilizados os passos estabelecidos pelos autores citados, ou seja:

[...] por meio de investigação, que engloba: observação (crítica dos dados na obra); leitura (crítica da garantia, da interpretação e do valor da obra); reflexão (crítica do processo e do conteúdo da obra); crítica (juízo fundamentado sobre o valor do material utilizável para o trabalho científico) (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56).

Os dados coletados serão armazenados no sistema Windows para a segurança dos mesmos.

Quando se aborda a temática da violência doméstica ocorrida entre casais do mesmo sexo e das dificuldades que se colocam diante, por causa de toda a carga histórica de homofobia e discriminação presentes em vários segmentos da sociedade, é importante abordar a mídia como uma faca de dois gumes, que favorece ou não na construção de uma visão que as pessoas tem em relação a população de gays e lésbicas.

Sendo assim, foram analisados aqui como os veículos de informação da mídia digital brasileira, mídias essas que possuem um posicionamento tradicional e conservador como o Correio Brasiliense, Folha Vitória, Jornal Estado de Minas e mídias que possui um direcionamento menos tradicional e progressistas como o Jornal Isto É, Uol, Metrôpoles, Gazeta Digital, Portal Gay 1, Portal Holofote, BBC News Brasil, O Liberal apresentam os casos de violência doméstica ocorridas entre casais homoafetivos para seus leitores.

Neste sentido foram selecionados 16 casos de violência entre casais do mesmo sexo entre os anos de 2012 a 2024, para a análise e considerações nesta pesquisa, e para a apresentação dos dados foram criadas duas tabelas, a primeira tem por objetivo mostrar os dados sobre os sujeitos envolvidos na violência doméstica mostrados pelos meios de informação selecionados e posteriormente será apresentada a segunda tabela que mostrará o posicionamento das mídias em relação aos casos durante a exposição dos mesmos.

Quadro 1 - Informações de identificação dos casos apresentados pelas mídias.

Nome do jornal	Idade da vítima	Idade do agressor	Ano	Agressor	Local da agressão	Penalidade
Uol	32	23	NI	Namorado	Casa	NI
G 1	41	35	2024	Namorado	Casa	Prisão
G 1	Não informou	Não informou	2020	Namorado	Casa	Prisão
Jornal Estado de Minas	26	20	2024	Namorado	Não informou	Prisão
O Liberal	52	56	2023	Namorada	Casa	Prisão
Correio Brasiliense	38	45	2023	Namorado	Não informou	Prisão

Correio Brasiliense	23	36	2022	Namorado	Casa	Prisão
BBC News Brasil	21	28	2017	Parceira	Não informou	Não informou
Folha Vitória	29	Não informou	2024	Namorada	Casa	Prisão (Lei Maria da Penha)
Metrópo les	42	42	2018	Companhe iro	Parque	Prisão
Metrópo les	35	36	2019	Companhe ira	Casa	Prisão
Metrópo les	24	Não informou	2021	Companhe ira	Casa	Não informou
Metrópo les	35	34	2019	Companhe ira	Casa	Não informou
Gazeta Digital	31	40	2021	Namorado	Casa	Nenhuma (está foragido)
Holofote	Não informou	44	2017	Companhe iro	Casa	Prisão
GAY 1	24	34	2022	Namorado	Casa	Não informou
GAY 1	40	Não informou	2012	Namorado	Imóvel (do casal)	Não informou

Fonte: Construção da autora 2024.

Quando o assunto é a violência doméstica homoafetiva a principal particularidade dessa violência é a orientação sexual do casal. Todos os casos analisados tanto a vítima quanto o agressor possuem orientação sexual que foge do padrão de “normalidade” imposto pela sociedade, homossexualidade, Oliveira (2018) afirma que se pode identificar a homossexualidade de alguém pela atração estética,

física ou emocional que ele possui por outra pessoa que compartilha o mesmo sexo que ela.

Mesmo essa sendo a principal particularidade desse tipo de situação, existe a correlação feita pelo senso comum de que pessoas do mesmo sexo não vivenciam situações de violência doméstica é um equívoco Brasil (2020) explicita isso quando relata que qualquer pessoa é capaz de ser autora da violência doméstica basta que ela tenha vínculo ou relacionamento emocional/afetivo ou familiar com a pessoa agredida, confirmando essa ponderação todos os casos noticiados os namorados(as), companheiros(os), são os responsáveis por agredir a vítima.

Um dos fatos característicos da violência doméstica que não se restringe somente a gays e lésbicas, mas que também os engloba é o que foi apresentado na tabela é o local onde as violências ocorreram, praticamente todas ocorreram no espaço doméstico, somente em um dos casos, o divulgado pela Metrópoles, a violência denunciada ocorreu fora do ambiente domiciliar, Paula (2016) sobre isso diz que a violência doméstica pode acontecer em outros lugares frequentados pelo casal, porém destaca que em grande parte das vezes ela se manifestará dentro da residência que o casal vive.

Outra informação identificada em todos os casos analisados até mesmo no que ocorreu fora do ambiente doméstico as ofensas e agressões tiveram início por causa da presença do ciúme do parceiro, sendo ele o maior motivador das agressões ditas nas notícias.

O ciúme está relacionado a ideias de insuficiência e infidelidade perante o seu parceiro, a uma série de interpretações, onde o ciumento cria a idealização de pensamentos obsessivos, e o ciumento patológico, faz com que sua parceira se torne como sua propriedade em sua mente, recorrendo a instrumentos psicológicos para desvalorização do outro e demonstração de poder (SANTOS, 2019, p. 281).

O ciúme exagerado ocasiona o sentimento de posse e acaba por oprimir e causar uma série de violências para a outra pessoa do relacionamento, opressão essa que é reflexo também da desigualdade de forças na relação dos casais.

Assim como nas situações de violência doméstica heteroafetivas existe a presença de força desigual de poder, onde o parceiro apropria o direito do corpo do outro para si e se torna o responsável por definir o que o parceiro faz, fala e tem, de acordo com Avena (2010) tais atitudes também existem entre os homossexuais, “Mesmo quando duas pessoas são do mesmo gênero, diferenças de poder existem e

podem ser usadas como mecanismos para controlar o parceiro” (AVENA, 2010, p. 102).

O pensamento social não costuma correlacionar o homossexual a esse tipo de violência, a autora anteriormente citada traz em mensura que o contexto da violência doméstica entre gays e lésbicas são envoltos por alguns mitos que fortalecem concepções errôneas sobre eles, e um desses mitos é o de que essa violência tem sempre o homem como agressor e a mulher como vítima, para ela a presença do mito se deve ao fato da concepção de masculinidade e força dos homens, portanto poderiam sempre se defender, no caso das lésbicas, por estarem na condição de mulher e por isso serem consideradas o sexo frágil, incapaz de cometer atos violentos não poderiam se encontrar no lugar de agressora.

Em contraposição a esses mitos serão apresentados trechos de falas das vítimas que explicitam a relação de poder e de força desigual dentro dos relacionamentos homoafetivos retirados das notícias expostas pelas mídias analisadas:

Metrópolis.

“As principais questões foram acontecendo com o tempo. Perdi amizades, me proibiu de sair de casa, implicou com meu trabalho, com o tempo que eu passava estudando e tudo que eu me dedicasse que não fosse ela”.

Uol.

"Já vínhamos tendo brigas motivadas por ciúme e possessividade da parte dele. Até que um dia ele explodiu e me deu um soco. Na hora, achei que ele fosse me matar porque estava muito alterado. Fingi um ataque de asma, ele destrancou a porta, e eu saí correndo".

Folha Vitória.

"Minha mãe e meu irmão entraram no meio, mas, mesmo assim, ela continuou com as agressões, me xingando, me ameaçando, falando que se eu não fosse dela, não seria de mais ninguém. Aí os vizinhos entraram no meio e separaram a briga, senão ela tinha me matado ali".

Ao analisar as falas apresentadas nota-se a presença da posse, da dominação do outro, ato que reflete muito bem a relação de poder entre os casais apresentada por Avena (2010) que fora citada anteriormente, proibir o conjugue de ter interações sociais, trabalhar, estudar e desenvolver atividades que a levem a ter independência em relação ao seu parceiro, como forma de fazer ela ficar presa e não ter escolha a

não ser se submeter a relação de violência dentro do relacionamento, é importante ter em mente que essa relação de poder não se manifesta afetando somente a área corporal e física da vítima, mas também a emocional, como é o caso da primeira e segunda fala apresentada.

Tais falas explicitam claramente que a relação de poder não se dá somente em relacionamentos heteroafetivos.

Outra coisa importante a ser mencionada é a presença da violência física, moral e psicológica, violências que ocorrem dentro da violência doméstica, ao identificar essas violências nas falas apresentadas é possível relacionar essas situações com o que é dito por Avena (2010) sobre os mitos que permeiam as relações de gays e lésbicas que afirmam que pessoas do mesmo sexo não são capazes de cometer atos violentos contra o seu parceiro, pois tem o mesmo sexo e teoricamente possuem a capacidade e força igual a de seu parceiro, não sendo possível se deixar ser agredido.

A partir disso é possível concordar com a autora, esses mitos são errôneos, existem ações de dominação que incapacitam a vítima, mesmo que ela tenha o mesmo sexo e capacidade física de se defender.

Além da força desigual algo que também chama atenção é que na maioria dos casos o agressor foi indiciado criminalmente, teve prisão decretada, porém mesmo que as características dos crimes se enquadrem na violência doméstica, somente em um dos casos a agressora foi penalizado com a aplicação da Lei Maria da Penha.

Isso reflete a problemática que os órgãos de segurança pública têm de identificar e punir esses casos adequadamente de acordo com suas características.

É importante citar que ao observar o ano em que os casos ocorreram se pôde ver que a uma sequência cronológica de poucos anos de intervalo, o que pode ser um indicativo de que esse tipo de violência vem resistindo e se perpetuando ao longo dos anos.

Houve uma maior facilidade de encontrar notícias divulgadas depois do ano de 2017 do que de anos anteriores a ele. Muitas foram as lutas travadas pelo movimento LGBTQIAPN+, e assuntos que os abrangem tem se tornado mais presentes nos últimos anos e isso pode ser o motivo dessa facilidade, entretanto isso não significa que essa presença esteja conseguindo se fazer de forma gigantescamente ampla para a sociedade.

Quadro 2 – Posicionamento das mídias durante a divulgação dos casos.

Nome do jornal	Apresenta como violência doméstica	Teor homofóbico	argumentação que informe o leitor sobre medidas de proteção	Pouca Informação
Uol	Sim	Não	Sim	Não
G 1	Não	Não	Não	Sim
G 1	Não	Não	Não	Sim
Jornal do Estado de Minas	Não	Não	Não	Sim
Liberal	Não	Não	Não	Sim
Correio brasiliense	Não	Não	Não	Sim
Correio brasiliense	Não	Não	Não	Sim
BBC News Brasil	Sim	Não	Sim	Não
Folha Vitória	Não	Não	Não	Sim
Metrópoles	Não	Não	Não	Não
Metrópoles	Sim	Não	Sim	Não
Metrópoles	Sim	Não	Sim	Não
Metrópoles	Sim	Não	Não	Sim
Gazeta Digital	Não	Não	Não	Sim
Holofote	Não	Não	Não	Não
Gay 1	Não	Não	Não	Sim
Gay 1	Não	Não	Não	Sim

Fonte: Construção da autora 2024.

A forma com que a mídia se posiciona em determinados assuntos pode mudar a visão tida por todos em relação a eles.

Hoje, portanto, as diferentes formas de comunicação escritas, por imagens ou multimídias, provocam mudanças essenciais no campo das relações familiares, no papel de instituições como a escola e na reelaboração das duas categorias mais cruciais do pensamento humano: tempo e espaço (NJAINÉ; MINAYO, 2002, p. 286-287).

Ao deixar de dar foco a informações que caracterizam acontecimentos, grupos de pessoas podem deixar ou se tornar invisíveis, à medida que as pessoas não conhecem a realidade e problemas enfrentados por esses grupos, elas passam a não saber da sua existência, logo não são pensadas ações que ajudem e as beneficiem, isso torna tanto elas quanto as suas dificuldades inexistentes aos olhos da sociedade civil.

Dentro das dificuldades enfrentadas pela população de homoafetivos vítimas da violência doméstica, é importante destacar a homofobia.

A homofobia se trata de uma construção social histórica perpetuada e fomentada com bases no heterossexismo, fortalecido pelo fundamentalismo religioso, podendo ocorrer de forma velada ou não, porque já se encontra enraizada e fazendo parte da estrutura social, sendo propagada em falas, atos, costumes, religiões e credos sem que quem as reproduz consiga identificar sua existência ali, e isso pode acontecer até mesmo nas mídias.

[...] a mídia é o palco no qual se encena uma textualização complexa da vida social e da vida dos seus personagens – na qual se enredam, eventualmente, preconceitos, estereótipos, formas congeladas de se ver e dizer o mundo (BAUMAN, 2005, p. 124).

Mesmo que a mídia tenha a capacidade de estimular e gerar preconceitos, os dados apresentados na tabela mostram que nenhuma das mídias digitais se posicionaram ou tiveram teor homofóbico na maneira que expos os casos, porém isso não significa que não existam mídias que propaguem informações com teor discriminatório, já que ações homofóbicas “[...] também se articulam na cultura e nas instituições” (MASIERO, 2013, p. 126).

Pensando em como as instituições possuem em si ações discriminatórias e preconceituosas, pode-se citar as instituições que são pensadas para a proteção das pessoas, uma delas é a polícia.

Muitas pessoas deixam de procurar ajuda para romper com a situação de violência enfrentada, justamente por temer ser vítima de mais um tipo de violência dentro da instituição.

Ao analisar a reportagem apresentada pela Metr opoles notou-se a presena da fala de uma profissional entrevistada para a construa da reportagem que deixa transparecer tais situaoes que deixa transparecer tais situaoes:

Metr pole:

“Então, essas vítimas tem medo de denunciar e sofrerem também lesbofobia. É um temor de sofrer outra violência dentro das instituioes do sistema de Justia” (profissional adjunta do departamento de saúde coletiva da UNB).

A BBC News Brasil apresenta:

“Me disseram que riram de algumas mulheres que foram   polícia contar que o agressor   outra mulher” (Psicóloga e coordenadora de promoa de saúde sexual da Associaa de Psicologia de Porto Rico).

Em relaa a isso a Uol trouxe a fala da vítima do caso descrito:

“Mas só consegui falar sobre o que aconteceu depois de sete anos e após fazer terapia. Tinha vergonha de falar que era gay, então nem me passava pela cabea denunciar em uma delegacia. Também tinha vergonha por ser homem e ter apanhado. Achava que ia fazer um boletim de ocorrência e ouvir algo como “o viadinho que apanhou”.

A essas falas pode-se acrescentar outra problemática, o despreparo dos profissionais para atender os casos, “As vítimas contam com a falta de servios especializados, de profissionais capacitados e treinados na violência na relaa homoafetiva.” (ALENCAR, 2017, p. 27).

Com isso, entende-se que o despreparo de alguns profissionais devido ao do pouco estudo existente sobre a temática deixa um déficit de conhecimento na área da violência doméstica homoafetiva e se torna outro desmotivador da procura de ajuda.

Em seu estudo Avena (2010) discorre sobre a dificuldade que as mulheres lésbicas encontram no momento de pedir apoio em delegacias da mulher pelo fato de ter que se deparar com uma outra violência além da que já sofreram, a violência do preconceito em relaa a homossexualidade, e o mesmo pode ser aplicado a populaa de gays.

Durante a leitura dos casos foi percebido também a preocupaa de algumas mídias em informar medidas e  rga  de protea às vítimas de violência doméstica, algumas até apresentam ao leitor números para efetuar denúncias, informaoes como essas são muito relevantes, visto que muitas vezes os próprios leitores podem estar

vivenciando a violência ou conhecer alguém que a vive e assim passam a ter conhecimento de quais ações tomar ou quais órgão públicos procurar.

[...] Isto significa, em primeiro lugar, dar espaço na mídia às diferentes vozes presentes na sociedade, para que participem do debate político. Mas significa também, e crucialmente, gerar espaços que permitam aos grupos sociais, em especial os dominados, formular suas próprias interpretações sobre suas necessidades e seus interesses [...] (MIGUEL, 2002, p. 164).

Informações como essas se fizeram presentes nos casos da BBC News Brasil, Metrôpoles e Uol.

Friso que mesmo que a Uol tenha apresentado medidas de proteção, no mesmo caso explica e traz a concepção do Coordenador do Núcleo de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial da Defensoria Pública de São Paulo:

O “Coordenador acredita que, apesar da gravidade de uma agressão desse tipo e do fato de poder ser considerada violência doméstica, os gays que passam por situações como essa devem procurar outros mecanismos legais em vez da Lei Maria da Penha. "O ideal é continuar usando essa lei para prestigiar a luta das mulheres, para evitar que suas reivindicações sejam apagadas", opina. "Ainda assim, a vítima não ficaria desamparada: há leis gerais no Código de Processo Penal que dão conta da situação e podem exigir, inclusive, o afastamento do agressor”.

Em concordância com a fala exposta Brasil (2006) em seu art. 2º da lei 11.340 /96 chamada de Lei Maria da Penha que “toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual [...] goza dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana” (BRASIL, 2006, p. 1).

Que a estipulação de que mulheres sejam protegidas pela lei Maria da Penha, o que engloba mulheres lésbica e não homens gays é fato, porém entende-se que à medida que os gays que vivem a violência doméstica não possam ver seus agressores sendo punidos pela lei que foi feita para penalizar os agressores nos casos de violência doméstica dificulta até mesmo o reconhecimento dos casos ocorridos entre casais gays na hora defini-los como um caso de violência doméstica.

A falta de definição adequada desses casos acaba agravando mais ainda a invisibilidade da violência doméstica entre gays.

Além dessa falta de definição foi observado que essa caracterização dos casos voltado para o reconhecimento dos casos como violência doméstica, mesmo que apresentem características visíveis não foram apresentadas como tal pela maioria das mídias, com exceção da Uol, BBC News Brasil e Metrôpoles (todas mídias

progressistas), essa postura somada a não identificação devida dos casos no momento de penalizar os agressores, dificulta a superação da sua invisibilidade social.

É importante dentro dessa análise dizer que as informações trazidas aqui foram identificadas somente nas três mídias acima citadas (todas progressistas), informações como essas não foram identificadas em nenhum caso trazido pelas mídias conservadoras.

Outro ponto percebido é que a maioria das exposições dos casos são feitas de forma bem breve, com baixo número de informação e de modo muito descritivo, isso pode acabar levando o leitor a somente ter conhecimento dos casos mais não a refletir aspectos que se relacionam a problemática, como por exemplo homofobia, machismo, heterossexismo, invisibilidade entre outras situações que contribuem para sua ocorrência. Teles; Melo (2003) em concordância a este fato dizem que as mídias buscam no momento de noticiar simplificar as informações para que os seus leitores a compreendam e a absorvam melhor, porém friso que nesses casos isso pode não se tornar um ponto positivo.

A mídia pode contribuir muito na mudança da realidade social de pessoas marginalizadas, pois “[...] a mídia possui a capacidade de formular as preocupações públicas” (MIGUEL, 2002, p. 171), só que essa contribuição dependerá do seu posicionamento no momento de repassar as informações.

É possível dizer que dentre as 8 revistas progressistas que tiveram seus casos analisados somente 3 se preocuparam com trazer informações que pudessem contribuir com na sensibilização e desenvolver a reflexão dos seus leitores sobre a temática e nenhuma das 3 mídias conservadoras analisadas tiveram a mesma postura.

Mesmo que somente mídias progressistas tenham se destaca na maioria dos pontos observados, se for feito um comparativo somente com essas mídias o número se torna baixo, de 8 mídias somente 3 se preocuparam em transmitir os casos com riqueza de conteúdo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia, não teve a intenção em esgotar o tema de pesquisa aqui exposto, ao contrário, as breves reflexões aqui expostas, teve como pretensão despertar novos trabalhos e pesquisas acerca do tema. Mas como todo Trabalho de Conclusão de Curso precisa encerrar seu curso, este encerra, deixando o gosto de novas reflexões.

Reafirma-se que o contexto social no qual um indivíduo se insere é responsável por gerir suas ações e pensamentos, podendo o transformar em um sujeito submisso e alienado ou não, se tratando da população de gays e lésbicas que são as pessoas que compõem as relações homoafetivas o sistema societário no qual eles se encontram inseridos tenta com todas as suas forças invisibiliza-los e junto com eles todas as dificuldades e situações enfrentadas por eles durante as suas relações sociais.

Essa situação tem uma explicação, para a lógica capitalista burguesa mercantilista que é fundamentada pela concepção patriarcal e heterossexual que defende a família monogâmica constituída por um homem e uma mulher, para ela constituições familiares diferentes dessa não são corretas.

Tal pensamento somado ao fundamentalismo religioso um dos grandes responsáveis junto ao Estado, pela perseguição e propagação da homofobia contra a população homossexual no país, dificultou muito a vida de gays e lésbicas no Brasil, porém isso não parou essa população, muitas foram as lutas tidas por essa comunidade, e pode ser percebido conquistas e avanços em relação a gays e lésbicas, direitos que eram garantidos para casais heterossexuais também passaram a ser validos para eles, como é o caso do casamento civil e da adoção, além do enquadramento das lésbicas na Lei Maria da Penha que passa a proteger a mulher vítima de violência doméstica e punir a agressora.

Tal lei é uma legislação que por si só já desmente o mito social que permeia a população de gays e lésbicas, pois ela garante a mulher lésbica a proteção em relação a sua agressora, provando que a violência doméstica existe de fato em relacionamentos homoafetivos.

Apesar de casais homoafetivos possuírem a particularidade da orientação sexual distinta da que o padrão heteronormativa impõe e também lidarem com o preconceito e a homofobia em suas relações sociais, a dinâmica de violência ocorrida

dentro da violência doméstica (violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual) sofrida por eles é praticamente a mesma entre casais heteroafetivos, ambos possuem o ciclo de violência e relação de poder desigual entre o casal.

Por mais que o mito não seja verdadeiro a sua propagação se dá corriqueiramente no cotidiano social, sendo passado de “boca a boca” e até mesmo pelas mídias (canais de comunicação e informação escritos ou não).

As mídias são excelentes fontes informativas, (inclusive a mídia digital) são capazes de gerar conhecimento e contribuir para a formação de opiniões de quem as acessa, é inegável que ela tem um poder de influência social muito forte, tendo a capacidade se assim tiver interesse, visibilizar grupos de pessoas como também de invisibiliza-los.

Durante o decorrer do trabalho é perceptível que as mídias digitais conservadoras e progressistas tem em mente que casos de violência entre casais homoafetivos de fato ocorrem e mostram para seus leitores a ocorrência dela, mas há um diferencial entre elas, todas as mídias conservadoras seguem um modelo apenas descritivo, tendo o objetivo apenas de informar o caso ocorrido.

As revistas progressistas em sua minoria tiveram uma preocupação a mais que as conservadoras em relação a divulgação dos casos, no momento da divulgação se preocupam em fazer o leitor refletir em como as vítimas se sentiam, as dificuldades que as cercam, medidas de proteção e formas de denúncia. Acrescentaram informações que podem ajudar a modificar a realidade da vítima por meio de seus leitores, além de comentar os casos trazendo mais aspectos sociais, algumas inclusive citam o patriarcado, capitalismo e heterossexismo, termos que estão extremamente ligados com a questão da violência doméstica entre gays e lésbicas.

De forma geral infelizmente o número de notícias que apresentam riqueza de informações sobre os casos foi muito pequeno, não sendo identificados nem na metade das revistas analisadas.

A falta de sensibilidade da maioria das revistas analisadas em relação a fornecer informações que façam as pessoas que as leem desenvolverem a percepção da realidade dos casais homoafetivos, sobretudo dos que estão vivenciando a violência doméstica, é um fator contribuinte para a invisibilidade social da situação.

Infelizmente não é possível perceber e combater o que está invisível, por isso a necessidade de organização coletiva e a exigência de formulação de políticas

sociais de responsabilidade estatal tanto no combate como no acolhimento à população vítima de violências.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Renata dos Santos. **Violência doméstica na relação homoafetiva de mulheres lésbicas**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, p. 93. 2017. Disponível em: https://www.ppgsp.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses_e_dissertacoes/dissertacoes/2015/201508%20-%20ALENCAR.pdf. Acesso em: 01 de out. 2024.
- AVENA, Daniella Tebar. A violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. **Aurora, revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 7, n.5, p. 99-107, outubro, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3907>. Acesso em: 01 de abr. 2023.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, Fundação Seade, São Paulo, v 8, n 4, p. 11, outubro/dezembro, 1994. Disponível em: produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2050. Acesso em: 16 de out. 2024.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 124, n. 01, p. 623-636, outubro/dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?lang=pt>. Acesso em: 16 de ago. 2024.
- BARROSO, Milena Fernandes. Violência estrutural: mediações entre “o matar e o morrer por conta”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.24, n. 2, p. 397-406, maio/agosto, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353624092_Violencia_estrutural_mediacoes_entre_o_matar_e_o_morrer_por_conta. Acesso em: 25 de out. 2024.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. 1º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 176 p.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. 144 p.
- BRANDALISE, Camila. Violência doméstica também existe entre gays; entenda. **Uol**, 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/16/violencia-domestica-tambem-existe-entre-casais-gays-entenda.htm>. Acesso em: 01 de out. 2022.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF, 29 de julho de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em: 12 de abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Enfrentando a violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília, Secretaria Nacional de Política para Mulheres, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/ebserh-apoia-acao-do-mfdh-que-visa-combater-violencia-contra-a-mulher/enfrentando-a-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher.pdf>. Acesso em: 12 de mar. 2023.

BRENNER, Saullo; CAVALCANTE, Juliana. Polícia Civil prende suspeito de matar homem no Parque da Cidade. **Metrópoles**, Distrito Federal, 02 de jan. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/policia-civil-prende-suspeito-de-matar-homem-no-parque-da-cidade>. Acesso em: 02 de out. 2022.

BRITO, Felipe; VILLAR, André; BLANK, Javier. "Será guerra?". In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (Org.). **Até o último homem**: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 288.

BRUM, Matheus. Ciúme: assassino achado abraçado a corpo de namorado, que matou a facadas. **Correio Braziliense**, Distrito Federal, 11 de fev. 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/02/5073007-ciume-assassino-achado-abracado-a-corpo-de-namorado-que-matou-a-facadas.html>. Acesso em: 26 de dez. 2023.

CARVALHO, Simone Mendes; PAES, Graciele Oroski. A influência da estigmatização social em pessoas vivendo com HIV/AIDS. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 157-163, agosto-maio, 2011. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-641431>. Acesso em: 09 de abr. 2023.

CASTEDO, Antía. Drama do 'armário duplo': a violência 'invisível' entre casais do mesmo sexo. **BBC News**, São Paulo, 05 de maio de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2017/05/1881300-drama-do-armario-duplo-a-violencia-invisivel-entre-casais-do-mesmo-sexo.shtml>. Acesso em: 20 de out. 2022.

CINTRA, Luanna Clarinda Carolina Pires. **Desigualdade social e transferência de renda**: análise do benefício de prestação continuada (BPC) e programa bolsa família (PBF) em Miracema do Tocantins - TO (2004-20016). 2017, 115 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/6177>. Acessado em: 17 de out. 2024.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 138-154. Julho/dezembro, 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23588>. Acesso em: 16 de dez. 2023.

COSTA, Rafael Maul de Carvalho. Militarização da vida e avanço da violência de Estado. **Arquivos Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 75, n. 01, p. 38-58,

outubro/fevereiro, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.ufrj.br/index.php/abp/article/view/55101> Acessado em: 23 de out. 2023.

FAÇANHA NETO, Inácio Ferreira. FAÇANHA, Josanne Cristina Ribeiro Ferreira. **A questão social no Brasil**: Uma abordagem a partir da contrarreforma do Estado brasileiro. *Revista de Política Judiciária, Gestão e Administração da Justiça*, Salvador, v. 04, n. 01, p. 58-78, janeiro/junho, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327255531_A_QUESTAO_SOCIAL_NO_BRASIL_UMA_ABORDAGEM_A_PARTIR_DA_CONTRARREFORMA_DO_ESTADO_BRASILEIRO Acessado em: 16 de out. 2024.

FARINELLI, Marta Regina; MENDES, Sara Lemos de Melo. Adoção por homoafetivos. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 182-196, julho/agosto, 2008. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/9>. Acesso em: 22 de out. 2024.

FERRAZ, Bel. Homem tenta terminar namoro e mata namorado na Grande BH. **Estado de Minas**, Minas Gerais, 03 de jun. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/gerais/2024/06/6869586-homem-tenta-terminar-namoro-e-mata-namorado-na-grande-bh.html>. Acesso em: 02 de out. 2024.

FREITAS, Natália Oliveira de. **Representações sociais sobre HIV/AIDS de jovens homossexuais masculinos**: implicações nas práticas de prevenção. 2016, Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Enfermagem. Pernambuco, p. 186.

GAMA, Andréa de Sousa. **Trabalho, Família e Gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. 41^o ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. 256 p.

GARZON, Matheus. Mulher que matou namorada queimada vai a júri popular no DF. **Metrópoles**, Distrito Federal, 03 de out. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/mulher-que-matou-namorada-queimada-vai-a-juri-popular-no-df>. Acesso em: 30 de out. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^o ed. São Paulo: Atlas, 2008. 216 p.

GRENN, James Naylor; QUINALHA, Renan. **Homossexualidades, Repressão e Resistência durante a Ditadura**. In: Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, CEV (org.). Relatório da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. 2015. 1-14. Disponível em: https://www.academia.edu/22697617/Homossexualidades_Repress%C3%A3o_e_Resist%C3%Aancia_durante_a_Ditadura_no_Rio_de_Janeiro Acesso em: 29 de out. 2024.

HOMEM mata namorado a machadadas no município de Carmo do Rio Verde, Goiás. **Gay 1**, 06 de jul. 2012. Disponível em: <https://gay1.com.br/2012/07/homem->

mata-namorado-a-machadadas-no-municipio-de-carmo-do-rio-verde-goias.html. Acesso em: 20 de out. 2022.

HOMEM que matou namorado tuitou sobre relação horas antes do crime: 'Pior situação da minha vida'. G1, São Paulo, 28 de dez. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2022/12/28/homem-suspeito-de-matar-namorado-fez-publicacao-sobre-relacao-horas-antes-do-crime.ghtml>. Acesso em: 20 de out. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 08, p. 117-140, julho, 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/issue/view/5>. Acesso em: 22 de out. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A questão social no capitalismo**. In: ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (org.). *Temporalis: revista brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social*. ano 02, v. 03. Brasília, Temporalis, 2001. p. 80-88. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/267577614/A-Questao-Social-No-Capitalismo-m-lamamoto-8-p> Acessado em: 20 de out. 2024.

IANNI, Otávio. **A cultura da violência**. Capitalismo, violência e terrorismo. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. 381 p.

IANNI, Octavio. **A questão social**. São em Perspectiva, São Paulo, v. 05, n. 01, p. 2-10, janeiro/março, 1991. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=2035> Acesso em: 16 de dez. 2021.

IANNI, Octavio. A violência na sociedade contemporâneo. **Estudos de Sociologia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 7-30, janeiro, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277738312_A_violencia_na_sociedade_contemporanea Acesso em: 29 de out. 2024.

LACERDA, Milena Carlos de. Colorindo o marxismo: considerações sobre o materialismo e as lutas LGBTI no capitalismo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Mato Grosso, v. 3, n. 10, abril – junho, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10621>. Acesso em: 25 de mar. 2023.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução a filosofia de Marx**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 128 p.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.10, p. 37-45. fevereiro/abril, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 18 de dez. 2023.

LÔBO, Nilra de Souza Pinheiro; CARVALHO, Elizangela da Silva. A intervenção do assistente social nas questões da violência doméstica contra a mulher. **Revista saberes da UNIJIPA**, Paraná, Faculdade Estácio de Ji-Paraná, v. 2, n. 1, p.1-10, julho, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/36779589/A_INTERVEN%C3%87%C3%83O_DO_ASSIS_TENTE_SOCIAL_NAS_QUEST%C3%95ES_DA_VIOL%C3%94NCIA_DOM%C3%94STICA_CONTRA_MULHER Acesso em: 17 de dez. 2023.

LOURENÇO, Nelson; CARVALHO, Maria João Leote de. Violência doméstica: conceito e âmbito. Tipos e espaços de violência. **Themis**, Ceará, n. 02, v. 03, p. 95-121, 2001. Disponível em: https://www.academia.edu/36455894/Louren%C3%A7o_N_Carvalho_M_J_L_2001_Viol%C3%Aancia_Dom%C3%A9stica_Conceito_e_%C3%81mbito_Tipos_e_Espa%C3%A7os_de_Viol%C3%Aancia_Themis_Revista_da_Faculdade_de_Direito_da_UNL_3_pp_95_121 Acesso em:13 de out. 2023.

LUZ, Rafael Reis da. Violência doméstica entre casais homossexuais: a violência invisível. **Bagoas**, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 11, p. 79-99, janeiro, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6544/>. Acesso em: 27 de mar. 2023.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 10^o ed. São Paulo: Cortez, 2006. 165 p.

MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2008. 437 p.

MASIERO, Clara Moura. Homofobia: História e crítica de um preconceito. **Emblemas**, Goiás, v. 10, n. 2, 125-146, julho/dezembro, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/24184076/Homofobia_Hist%C3%B3ria_e_Cr%C3%ADtica_De_Um_Preconceito. Acesso em:27 de mar. 2023.

MIGUEL, Luiz Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. Lua Nova: **Revista de Cultura Política**, v. 55-56, n. 07, p. 155-184, janeiro, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/5Gcb9c7zydHkDNxNHsR8mPF/>. Acesso em: 02 de out. 2024.

MOLINA, Ana Heloisa; RAGUSA, Helena. Os novos contornos do antissemitismo, a construção de imaginários pela mídia no Brasil e a escrita da História: singularidades e perigos. **Revista de História**, João Pessoa, v.25, n.43, p.361-379, julho/dezembro, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/54557/32011> Acesso em: 02 de out. 2024.

MULHER é espancada pela namorada na frente da filha de 3 anos e da mãe no ES, **Folha Vitória**, Vitória, 11 de nov. 2024. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/policia /noticia/11/2024/mulher-e-espancada-pela-namorada-na-frente-da-filha-de-3-anos-e-da-mae-no-es>. Acesso em: 02 de out. 2024.

NACASAKI, Paula. Mulher mata namorada por ciúmes em Sumaré e adúltera cena do crime. **O liberal**, Belém, 24 de maio de 2023. Disponível em: <https://liberal.com.br/cidades/sumare/mulher-mata-namorada-por-ciumes-em-sumare-e-adultera-cena-do-crime-1960652/>. Acesso em: 25 de out. 2022.

NAMORADO que matou professor universitário e forjou suicídio é condenado a 18 anos de prisão, em Fortaleza. **G1**, Ceará, 11 de out. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/11/11/namorado-que-matou-professor-universitario-e-forjou-suicidio-e-condenado-a-18-anos-de-prisao-em-fortaleza.ghtml>. Acesso em: 29 de out. 2023.

NJAINE, Kathie; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 07, n. 02, p. 285-297, novembro/abril, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SQ7V5H7wwKDNkch88wqYy7F/?lang=pt>. Acesso em 02 de out. 2024.

Ó, Alarcon Agra do; SOUZA, Rosângela Nascimento de; COSTA, Thaiany da; ALMEIDA, Vanessa B. De. A violência contra idosos na mídia: uma reflexão sobre a produção dos sentidos. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 121-129, janeiro/abril, 2001. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscaador.html?task=detalhes&source=&id=W1916817617>. Acesso em 02 de out. 2024.

OLIVEIRA, Bruno Lemos de. Questão de gênero: A homossexualidade na terceira idade. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, Espírito Santo, v. 16, n. 1, p. 1–13, maio, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22189>. Acesso em: 10 de abr. 2023.

OLIVEIRA, Jainara Gomes de; SANTANA, Tarsila Chiara. Ditadura e homossexualidades no Brasil. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS**, Rio Grande do Sul, V. 8, n. 15, p. 300-304, março/junho, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/27717160/Ditadura_e_homossexualidades_no_Brasil. Acesso em: 21 de out. 2024.

PASTOR da Assembleia de Deus é preso por matar namorado a facadas. **Holofote**, 05 de mar. 2017. Disponível em: <https://www.portalholofote.com/noticia/5204/>. Acesso em: 21 de out. 2022.

PAULA, Leda Santana Elias de; BICHARRA, Bruna Micheli Cardoso O trabalho do assistente social frente à violência doméstica e familiar no CREAS/PAEFI de Jiparana/RO. **Revista Saberes da UNIJIPA**, Paraná, Faculdade Estácio de Ji-Paraná, v. 17, n. 4, p. 1-16, julho, 2016. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-trabalho-do-assistente-social-frente-a-violencia-domestica-e-familiar-no-creas>. Aceso em: 17 de dez. 2024.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. Cortez, São Paulo, 2006.

PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, p. 129-142, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/FmJPwZ6cVKGwK7M9bjhbZSp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 04 de out. 2024.

PERES, Sarah. Homem fuge depois de tentar matar namorado a tiros na Asa Sul. **Correio Braziliense**, Distrito Federal, 15 de out. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2022/10/5044572-homem-tenta-matar-namorado-a-tiros-por-ciumes-na-asa-sul.html>. Acesso em: 25 de out. 2022.

POR dia, DF tem 3 casos de violência doméstica entre companheiras. **Metrópoles**, Distrito Federal, 29 de ago. 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/violencia-lgbt-por-dia-df-tem-3-casos-de-violencia-domestica-entre-companheiras>. Acesso em: 20 de out. 2022.

PRETES; Érika Aparecida; VIANA, Túlio. **História da criminalização da homossexualidade no Brasil**: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia de Vilhena Schayer; ABREU, João Francisco (Org.) Iniciação Científica: destaques 2007. Vol. 1. Belo Horizonte: PUC Minas. 2008. p. 313-392. Disponível em: https://www.academia.edu/25087933/Hist%C3%B3ria_da_criminaliza%C3%A7%C3%A3o_da_homossexualidade_no_Brasil_da_sodomia_ao_homossexualismo. Acesso em: 25 de mar. de 2024.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2º ed. Rio Grande do Sul, Universidade Feevale, 2013. 277 p.

QUINALHA, Rena Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado) – Curso de relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, 2017.

RAMIRES, Yuri. Após briga, homem atea fogo em casa e mata namorado com 60% corpo queimado. **Gazeta digital**, Cuiabá, 08 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/aps-briga-homem-atea-fogo-em-casa-e-mata-namorado-com-60-corpo-queimado/669979>. Acesso em: 04 de dez. 2022.

REINKE, Carlos Augusto; SCHEMES, Claudi; MAGALHÃES, Magna Lima; KESKE, Henrique Alexander Grazi. Homossexualidades masculinas e suas marcas históricas. **Métis: história e cultura**, São Paulo, v. 16, n. 31, p. 275-290, janeiro/junho, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/73967036/Homossexualidade_masculina_e_suas_marcas_historicas. Acesso em: 25 de maio de 2024.

ROCHA, Zeferino. A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. **Revista Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 03, n.17, p. 761-774, setembro, 2014.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/3j4CBPgbVksnGDYVbJYsxzp/?lang=pt>
Acesso em: 25 de out. de 2024.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Formas de participação das mulheres I em movimentos sociais**. In: Política e administrativa, Rio de Janeiro, n. 2, 1985.

SANTOS, Elquissana Quirino dos. Crimes passionais ou feminicídio? Conceitos e a relação entre os relacionamentos tóxicos e o ciúme patológico. **Brazilian Journal of Forensic Sciences**, Ribeirão Preto, v. 08, n. 04, p. 272-292, agosto, 2019.
Disponível em: <https://bjfs.org/bjfs/bjfs/article/view/765>. Acesso em: 25 de out. de 2024.

SILVA, Natanael de Freitas. Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas. **Mosaico**, Minas Gerais, v. 7, n. 11, p. 65-83, julho/agosto, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/64778/62714>. Acesso em: 25 de maio de 2024.

SOUZA, Desirre Cristina de; FREITAS, Ronilson Ferreira. Adoção homoafetiva e a aceitação social do novo modelo de família. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 20, n. 01, p. 161-176, maio, 2017. Disponível em:
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1869/1995>. Acesso em: 25 de out. 2024.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Monica de. **O que é violência contra a mulher**. 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. 117 p.

TOITIO, Rafael. “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: Marxismo e feminismo na “cena” política brasileira. **Revista de Estudos Brasileiros da Homocultura**, Belo Horizonte, v. 03, n. 10, abril/junho, 2020. Disponível em:
<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10918/7838>
Acesso em: 25 de maio de 2024.

TONON, Alicia Santolini; SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. O território e a intervenção profissional frente à violência enquanto uma expressão da questão social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v.17, n. 1, p. 113- 134. Dezembro, 2014. Disponível em:
<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/16295>. Acesso em: 16 de dez. 2022.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 552 p.

VERLI, Caíque. Homem é preso após agredir namorado e polícia usa arma de choque para imobilizá-lo em Vitória. **G1**, Espírito Santo, 09 de set. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2024/09/09/homem-e-preso-apos-agredir-namorado-e-policia-usa-arma-de-choque-para-imobiliza-lo-em-vitoria.ghtml>. Acesso em: 20 de out. 2024.